

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026**

PROTOCOLO N.º 24.0.000000875-0

**1. PREÂMBULO**

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90005/2026, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE DE BENS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE/PR), INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DEDICADA (MOTORISTAS E AJUDANTES DE CARGA E DESCARGA), VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, CARGA E DESCARGA DE BENS INSTITUCIONAIS, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE UNIDADES DA DPE/PR, QUANDO NECESSÁRIO**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

<b>LOCAL DA SESSÃO</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 929443 – Pregão Eletrônico nº 90005/2026
<b>ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	19/02/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. O(A) Pregoeiro(a) deste certame é o(a) servidor(a) Tiago Hernandez Tonin, designado(a) pela Portaria DPG n.º 90/2025.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente pregão é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de logística e transporte de bens institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), incluindo a disponibilização de mão de obra dedicada (motoristas e ajudantes de carga e descarga), veículos,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

equipamentos e materiais necessários para execução das atividades de transporte, movimentação, carga e descarga de bens institucionais, bem como para a realização de mudanças de unidades da DPE/PR, quando necessário, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

### **3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 2.195.851,20 (dois milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) para um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 - Fundo da Defensoria Pública / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes, fonte 501 - Outros Recursos não Vinculados (250), sendo a sua execução através dos detalhamentos de despesa: 3.3.90.37.08 - Motoristas - R\$ 367.194,24; 3.3.90.37.09 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - R\$ 739.703,04; 3.3.90.93.10 - Restituições de Despesas Administrativas - R\$ 1.088.953,92 (Locação de veículos, Diárias ao deslocamento de mão de obra de manutenção predial e Pedágios).

### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

a) **O Grupo 1 será de PARTICIPAÇÃO GERAL.**

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.**

**6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.**

a) A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, sendo vedada, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

a) A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

b) A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

a) Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

**7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

**a) valor unitário e total do item;**

**b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;**

**c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.**

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

b) Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO GRUPO (vide aviso constante no item 1.5 do termo de referência).**

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. **O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1.000,00 (mil reais).**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. **O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.**

a) A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

a) Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

11.1. **A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo III. Também deverá ser apresentada a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo do Apêndice VIII.**

a) Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

b) Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

c) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

d) Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

inicial.

e) O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

**11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:**

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;

b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);

c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>

e <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

a) Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

## **12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

a) Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;

b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;

c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;

f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;

g) que contiver vício insanável;

h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

12.6. O licitante é o único responsável nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

12.7. O licitante é o único responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

### **13. DA HABILITAÇÃO**

13.1. **Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:**

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. **Documentos relativos à habilitação jurídica:**

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. **Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;  
h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

**13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

b) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS –DISPONIBILIDADE INTERNA –IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais;

b.1) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

b.2) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada ou acompanhados dos originais para possibilitar a sua autenticação e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa.

b.2.1) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e demonstração de resultado dos dois últimos exercícios sociais exigíveis, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibos de entrega de livro digital na Receita Federal.

c) A comprovação de boa situação financeira da empresa, a que se refere a alínea “b”, será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG), maiores ou iguais a 1,0 (> ou = 1,0), resultante da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo não Circulante

c.1) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices, quando da habilitação, deverão comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os índices previstos nos itens "c" e "c.1" serão computadas com base nas demonstrações contábeis do último exercício social.

d.1) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "c" e "c.1", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

### 13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

a) Considerando a natureza continuada, a abrangência estadual e a complexidade logística envolvida na presente contratação, justifica-se a exigência de Atestado de Capacidade Técnica como forma de assegurar que o licitante possua experiência prévia compatível com os serviços a serem prestados. Tal exigência visa mitigar riscos operacionais, garantir a adequada execução contratual e promover maior segurança na contratação pública.

a.1) A comprovação da capacidade técnica se dará mediante a apresentação de 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACTs) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada, os serviços de transporte de produtos, materiais e/ou equipamentos, com fornecimento de mão de obra exclusiva de motorista e ajudante de carga e descarga.

a.1.1) A Licitante deve apresentar atestado(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

a.1.2) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Caso a área técnica entenda necessário, a

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

13.6. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos deste edital.

a) A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.7. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) para a participação do certame.

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

b) Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

a) Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a) A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

b) A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

## **15. DA AMOSTRA**

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

a) Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

b) Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br).

c) As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.00000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

a) O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

b) Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

c) A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

## **18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO**

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

## **20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**APÊNDICE I – PLANO LOGÍSTICO**

**APÊNDICE II – LISTA COM AS PRINCIPAIS SEDES DA INSTITUIÇÃO**

**APÊNDICE III – DESCRIÇÃO DA EQUIPE PERMANENTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

**APÊNDICE IV – PRECIFICAÇÃO MÍNIMA DE SALÁRIO E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

**APÊNDICE V – ESTIMATIVA DE QUILOMETRAGEM, DIÁRIAS E PEDÁGIOS**

**APÊNDICE VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO**

**APÊNDICE VII – INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO DE PROPOSTA**

**APÊNDICE VIII – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Curitiba, data da assinatura digital.

**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**  
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1. Definição do Objeto**

1.1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de logística e transporte de bens institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), incluindo a disponibilização de mão de obra dedicada (motoristas e ajudantes de carga e descarga), veículos, equipamentos e materiais necessários para execução das atividades de transporte, movimentação, carga e descarga de bens institucionais, bem como para a realização de mudanças de unidades da DPE/PR, quando necessário.

1.1.2. O objeto contratado abrange o transporte regular de bens entre as unidades da Instituição, a movimentação e alocação de mobiliário e equipamentos, além da prestação de apoio logístico em eventos e necessidades específicas da DPE/PR. Adicionalmente, prevê-se a contratação de mão de obra eventual e não exclusiva (trabalhadores avulsos e montadores de móveis) para atender a demandas pontuais, como mudanças institucionais de maior porte, garantindo a eficiência e segurança nas operações.

1.1.3. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades atuais da DPE/PR e também em eventuais novas unidades que venham a ser criadas durante a vigência do contrato, assegurando suporte logístico contínuo e adequado às necessidades institucionais.

#### **1.2. Justificativa para a contratação**

1.2.1. A contratação se justifica em razão da limitação atual da estrutura da Gestão Logística da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) para atender às demandas institucionais relacionadas ao transporte e à movimentação de bens. Ademais, a DPE/PR recorre, eventualmente, à contratação pontual de serviços de fretamento, com o objetivo de suprir necessidades específicas, como aquelas decorrentes da implantação ou desmobilização de unidades no interior do estado. No entanto, essa solução se mostra insuficiente para garantir a previsibilidade e a eficiência necessárias à logística institucional, uma vez que a indisponibilidade de veículos adequados e de equipe especializada restringe a execução estratégica dessas operações.

1.2.2. Outro ponto crítico decorre do crescimento e da descentralização da Defensoria ao longo do Estado, o que impõe desafios logísticos cada vez mais complexos. A estrutura atual apresenta dificuldades, especialmente na gestão do fluxo de bens entre as unidades do interior e a capital, impactando a reposição eficiente de insumos, a redistribuição patrimonial e a execução de mudanças institucionais.

1.2.3. Dessa forma, a limitação dos recursos logísticos compromete a agilidade, a economicidade e a qualidade da gestão de bens da DPE/PR, tornando necessária a

adoção de uma solução estruturada que contemple a disponibilidade permanente de veículos, equipe capacitada e planejamento adequado para o transporte e movimentação dos itens institucionais.

1.2.4. Não há contrato anterior diretamente correlato a ser substituído por esta contratação.

**1.3. Justificativa para as quantidades a serem contratadas:**

1.3.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no levantamento das necessidades institucionais realizado pela Diretoria de Operações (DOP), considerando:

1.3.2. A demanda regular por transporte e movimentação de bens entre unidades da DPE/PR, conforme cronograma de entregas e suporte logístico necessário às atividades institucionais;

1.3.3. A previsão de mudanças institucionais que exigem mobilização adicional de equipe e estrutura específica;

1.3.4. A necessidade de garantir um nível adequado de mão de obra permanente para execução dos serviços contínuos, além da possibilidade de contratação de trabalhadores avulsos e montadores de móveis para atender demandas eventuais.

**1.4. Resultados esperados com a contratação:**

1.4.1. Almeja-se com esta contratação, garantir a continuidade das atividades logísticas da DPE/PR, assegurando que a movimentação de bens institucionais ocorra de maneira eficiente e organizada.

1.4.2. Assegurar a disponibilidade imediata de equipe qualificada, evitando atrasos nas entregas e mudanças institucionais;

1.4.3. Proporcionar maior previsibilidade operacional, permitindo que a Defensoria Pública tenha controle sobre suas demandas logísticas e reduza a dependência de acionamentos pontuais;

1.4.4. Reduzir riscos operacionais e administrativos, garantindo que a movimentação de bens seja realizada dentro de padrões técnicos adequados, evitando extravios e danos;

1.4.5. Assegurar o cumprimento das exigências legais e normativas, incluindo requisitos de transporte, segurança e regulamentação trabalhista;

1.4.6. Melhorar a eficiência no planejamento de mudanças institucionais, garantindo que as transferências de mobiliário e equipamentos entre unidades ocorram de maneira estruturada e sem impactos significativos na prestação dos serviços;

1.4.7. Otimizar a gestão patrimonial da DPE/PR, reduzindo perdas e facilitando a rastreabilidade de bens transportados entre as unidades;

1.4.8. Elevar os padrões de segurança no transporte de bens institucionais, garantindo o uso de equipamentos adequados e a aplicação de boas práticas no manuseio e movimentação dos materiais;

1.4.9. Proporcionar um melhor ambiente de trabalho para os/as servidores/as da DPE/PR, ao reduzir gargalos logísticos e facilitar a organização interna das unidades.

1.5. O objeto da presente contratação se resume da seguinte forma:

**Aviso:** No sistema Compras.gov.br, o grupo 1 consta como item 1 (com quantidade 1). Dessa forma, o valor total do grupo - discriminado no fim da tabela abaixo - consta como valor unitário no sistema. Após a fase de lances, o vencedor deverá encaminhar sua proposta recomposta com o detalhamento dos valores unitários e quantidades, respeitando os valores unitários máximos previsto na tabela abaixo, conforme modelo disponibilizado no Anexo II - Modelo de Proposta Comercial.

Grupo 1							
Item	CATSER	Serviço	Qtd	Un. Medida	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo (mensal)	Valor Total Máximo (36 meses)
1	22730	Prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atividades de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executadas por profissional na <b>função de Motorista (CBO 7825-10)</b> , com fornecimento dos insumos necessários vinculados ao posto de trabalho.	1	Posto de trabalho	R\$ 10.199,84	R\$ 10.199,84	R\$ 367.194,24
2	22730	Prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atividades de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executadas por profissional na função de <b>Ajudante de Motorista (CBO 7832-25)</b> , com fornecimento dos insumos necessários vinculados ao posto de trabalho.	2	Posto de trabalho	R\$ 7.526,52	R\$ 15.053,04	R\$ 541.909,44
3	22730	Prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, na <b>função de Chapa (trabalhador avulso- carregador e descarregador de caminhão)</b> .	720	Diária	R\$ 153,18	-	R\$ 110.289,60
4	17302	Prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, na <b>função de Montador de Móveis</b> .	480	Diária	R\$ 182,30	-	R\$ 87.504,00
5	4014	<b>CESSÃO DE VEÍCULO</b>	1	Veículo	-	R\$ 18.151,92	R\$ 653.469,12
6	21849	<b>DIÁRIAS DE VIAGEM (hospedagem e alimentação) *</b>	1.332	Diária	R\$ 320,00	-	R\$ 426.240,00
7	21903	<b>PEDÁGIO*</b>	96	Viagem	-	-	R\$ 9.244,80
<b>VALOR MÁXIMO DO GRUPO PARA 36 MESES: R\$ 2.195.851,20</b>							

\*O valor das diárias de viagem e de pedágio (itens 6 e 7) não será objeto de disputa, conforme disposto no item 1.6.2.

## 1.6. DA PROPOSTA

1.6.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar ou cotar quantidades inferiores aos totais previstos

para cada item, afastando-se a previsão contida no artigo 82, incisos II e IV da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**1.6.2. O valor das diárias de viagem e de pedágio (itens 6 e 7) não será objeto de disputa, devendo constar apenas na proposta para fins de cálculo do valor global do contrato. O valor será reembolsado à CONTRATADA conforme sua utilização, mediante atesto da fiscalização no respectivo mês.**

## **1.7. ELEMENTOS INSTRUTORES**

1.7.1. Será disponibilizado pela DPE/PR arquivo digital com o seguinte conteúdo específico:

1.7.2. Plano logístico (Apêndice I);

1.7.3. Lista com as principais sedes da Instituição (Apêndice II);

1.7.4. Descrição da equipe permanente de execução de serviços (Apêndice III);

1.7.5. Precificação mínima de salário e auxílio alimentação (Apêndice IV);

1.7.6. Estimativa de quilometragem, diárias e pedágios (Apêndice V);

1.7.7. Modelo de declaração de subcontratação (Apêndice VI);

1.7.8. Informações relevantes para a formação de proposta (Apêndice VII).

1.7.9. Modelo de planilha de custos e formação de preço (Apêndice VIII)

## **1.8. DA MÃO DE OBRA**

### **1.8.1. Da mão de obra contínua e exclusiva**

1.8.1.1. Para a execução dos serviços contínuos, estão previstos postos de trabalho destinados às funções de Motorista e Ajudante de Motorista, os quais estarão lotados no Município de Colombo e prestarão atendimento a todas as sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), cujos endereços encontram-se relacionados no Apêndice II.

1.8.1.2. Deverá ser previsto o fornecimento pela CONTRATADA de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e equipamentos básicos necessários à execução dos serviços contínuos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Apêndice III deste instrumento.

1.8.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da DPE/PR toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços contínuos.

1.8.1.4. A equipe de serviços deverá ser composta por profissionais qualificados e especializados, os quais terão a função de executar os serviços considerados indispensáveis, rotineiros, preventivos, corretivos e/ou emergenciais.

1.8.1.4.1. A escolaridade, a formação e a experiência mínima de cada profissional, exigidas no Apêndice III, deverão ser comprovadas pela CONTRATADA, mediante apresentação de documentação correspondente.

1.8.1.4.2. As exigências de formação, atribuições e quantitativos de profissionais constam no Apêndice III.

#### **1.8.2. Da mão de obra eventual e não exclusiva (trabalhadores avulsos e montadores de móveis)**

1.8.2.1. Em situações excepcionais de alta demanda, como mudanças de sede ou remanejamento volumoso de bens, poderá ser contratada mão de obra avulsa, nos termos da Lei Federal nº 12.023, de 27 de agosto de 2009, que regulamenta as atividades de movimentação de mercadorias em geral e o trabalho avulso.

1.8.2.1.1. Nessas hipóteses, havendo a necessidade de complementação da equipe fixa para a execução das atividades, a contratada deverá providenciar a disponibilização de trabalhadores avulsos para as funções de carregadores e descarregadores de caminhão, comumente denominados “chapas”, a fim de assegurar a adequada capacidade operacional.

1.8.2.2. Ademais, quando o serviço contínuo de movimentação de cargas demandar a execução de atividades de montagem e desmontagem de móveis e/ou equipamentos institucionais, a contratada deverá contratar profissional com perfil compatível para a realização dessas tarefas. Nesses casos, será permitida a subcontratação de montadores especializados, de modo que a atividade seja executada por profissionais devidamente capacitados, sem a necessidade de manter essa função na equipe fixa da contratada.

1.8.2.3. A Contratada será responsável pelo deslocamento dos profissionais mencionados neste capítulo até os locais de prestação dos serviços, sem acarretar custos adicionais à DPE/PR.

#### **1.8.3. Da jornada de trabalho**

1.8.3.1. A carga horária máxima de trabalho admitida pela DPE/PR para os postos de trabalho é de 44 horas semanais, devendo ser executada de segunda-feira a sexta-

feira, em jornadas de 8h48min diárias, com intervalo intrajornada de 1h12m (não computado na jornada diária), conforme legislação vigente.

1.8.3.1.1. As escalas de trabalho serão estabelecidas pela CONTRATADA, e deverão ocorrer dentro do período das 08:00 às 18:00, devendo a jornada respeitar o intervalo mínimo para almoço, nos termos do artigo 71 da CLT c/c todas e quaisquer determinações constantes na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

1.8.3.1.2. Não haverá necessidade de folguistas para substituição dos empregados nos intervalos intrajornada ou interjornada.

1.8.3.1.3. A critério da DPE/PR e de maneira fundamentada, os serviços poderão ser prestados, excepcionalmente, a partir das 06:00 ou até às 20:00, mediante ajuste prévio no início da jornada de trabalho ou utilização de banco de horas, de forma a não prejudicar a continuidade do serviço público.

1.8.3.2. Para tanto, a CONTRATADA deverá ser comunicada com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto os casos urgentes, conforme disciplina específica.

1.8.3.2.1. Limitam-se as horas excedentes à jornada de trabalho a 2 (duas) horas diárias por profissional de segunda-feira a sexta-feira e a 8 (oito) horas diárias aos sábados, domingos e feriados, sendo vedada jornada de trabalho que ultrapasse 10 (dez) horas diárias.

1.8.3.3. Em caso de necessidade justificada de realização de serviços rotineiros fora do horário especificado, será necessária a autorização prévia da Fiscalização da DPE/PR.

1.8.3.4. Em caso de necessidades de urgências/emergências e/ou necessidade de realização de serviços extra horários em Curitiba e Região Metropolitana, ou ainda, em viagem, deverá ser utilizado o banco de horas para execução do período trabalhado, conforme detalhado a seguir:

1.8.3.4.1. O banco de horas será apurado semanalmente, com base na jornada ordinária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, e deverá ser utilizado no prazo máximo de 01 (um) ano. Serão computadas, individualmente, as horas registradas em ponto eletrônico como saldo positivo ou negativo, de acordo com a carga horária efetivamente cumprida por cada profissional alocado nos Postos de Trabalho de serviços contínuos.



1.8.3.4.2. Essa carga horária poderá ser utilizada para remunerar os atendimentos de urgências e emergências e a necessidade de realização de serviços extra horários.

1.8.3.4.3. A utilização do banco de horas aos finais de semana deverá ser avisada com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto nos casos urgentes.

1.8.3.4.4. Eventuais interrupções na jornada de trabalho causadas por ausência de equipamentos ou ferramentas, ou ainda, por atrasos injustificados na execução dos serviços ou cumprimento do itinerário de viagem, serão apurados pela DPE/PR, sendo as horas excedentes consideradas injustificadas descontadas do banco de horas.

#### **1.8.4. Do controle da jornada de trabalho**

1.8.4.1. A CONTRATADA deverá realizar o controle da jornada de trabalho, da assiduidade e pontualidade de seus empregados.

1.8.4.2. Fica expressamente vedada a realização de hora-extra.

1.8.4.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios adequados de controle da jornada diária dos funcionários.

1.8.4.4. O controle da jornada de trabalho será realizado por meio de sistema de ponto eletrônico digital, utilizando aplicativo com geolocalização e opções de reconhecimento facial, digital ou senha, permitindo o acompanhamento online da jornada.

1.8.4.5. A utilização do ponto digital é necessária para o gerenciamento eficiente das atividades externas dos colaboradores, transmitindo os dados em tempo real e minimizando riscos.

1.8.4.6. A ferramenta de controle de jornada deverá ser compatível com dispositivos móveis.

1.8.4.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as informações necessárias para a análise mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas e legais, conforme exigido pela administração.

1.8.4.8. Ocorrendo a prática de horas adicionais as marcações deverão constar no controle da jornada normal.

1.8.4.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar à DPE/PR, mediante solicitação, relatórios mensais ou em período específico dos registros de ponto dos profissionais alocados. Os relatórios deverão conter, de forma clara e organizada, o histórico de

presença, horários registrados e eventuais justificativos para ausências ou atrasos, caso aplicável.

1.8.4.10. O não cumprimento da obrigatoriedade de controle de ponto eletrônico/digital, ou a não disponibilização dos registros quando solicitados, poderá resultar na aplicação de penalidades cabíveis.

1.8.4.11. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte aos responsáveis da DPE/PR, a fim de elucidar qualquer situação ou problema envolvendo os horários dos motoristas e ajudantes de motorista.

1.8.4.12. Qualquer problema técnico que comprometa o funcionamento do sistema de ponto eletrônico deverá ser prontamente corrigido pela CONTRATADA, sem ônus para a DPE/PR.

1.8.4.13. Em caso de falha prolongada no sistema, a CONTRATADA deverá adotar, temporariamente, um sistema manual de controle de ponto até a regularização do ponto eletrônico.

#### **1.7.5. Das faltas, férias e substituições de profissionais (postos de serviços exclusivos)**

##### **1.7.5.1. Condições gerais**

1.7.5.1.1. A responsabilidade de assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela DPE/PR deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA.

1.7.5.1.2. A empresa deverá prever toda a mão de obra para garantir a manutenção dos postos de trabalho nos regimes contratados, obedecidos a legislação vigente.

1.7.5.1.3. A contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de seus profissionais.

1.7.5.1.4. Os profissionais substitutos deverão possuir os mesmos requisitos técnicos estabelecidos no Apêndice III, compatíveis com a respectiva função ou atividade.

##### **1.7.5.2. Das faltas**

1.7.5.2.1. Em casos de falta do profissional a empresa contratada deverá efetuar a reposição do profissional ausente em no máximo 02 (duas) horas após a comunicação formal ao representante/preposto da empresa.

1.7.5.2.2. No caso de posto de trabalho não suprir (falta do profissional), será descontado do faturamento mensal valor correspondente à quantidade de horas que o posto de trabalho ficou descoberto.

1.7.5.2.5. Nos casos de greve de transporte público ou qualquer outra situação imprevisível, que impeça o deslocamento dos profissionais ao local de trabalho, a contratada deverá prestar o suporte aos empregados, sendo que a solução deverá ser comunicada aos responsáveis pela gestão do contrato da DPE/PR.

#### **1.7.5.3. Da substituição**

1.7.5.3.1. A CONTRATADA deverá substituir os funcionários, cuja conduta seja julgada inconveniente.

1.7.5.3.2. Em caso de solicitação da DPE/PR para a substituição de profissionais, a CONTRATADA terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para atendê-la provisoriamente e 20 (vinte) dias úteis para atendê-la em definitivo.

1.7.5.3.3. Os profissionais indicados para efeito de substituição deverão atender estritamente às exigências do Termo de Referência, quanto à formação, experiência e capacidade técnica.

1.7.5.3.4. A CONTRATANTE terá o direito de, eventualmente, não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nesse caso, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da respectiva fatura.

#### **1.7.5.4. Das férias**

1.7.5.4.1. A empresa poderá definir a melhor forma de organizar os períodos, devendo comunicar a DPE/PR a escala de férias com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência.

1.7.5.4.2. Haverá necessidade de reposição de empregados em férias e outros afastamentos.

#### **1.7.5.5. Dos Feriados e Recesso Forense**

1.7.5.5.1. Os profissionais poderão ser dispensados pela DPE/PR nos casos de feriados forenses ou suspensão de expediente, sendo vedado à contratada descontar qualquer valor do profissional, salvo os autorizados por lei.

1.7.5.5.2. A Defensoria comunicará à empresa contratada sempre que ocorrer a dispensa dos motoristas por suspensão de expediente.

1.7.5.5.3. Anualmente, durante o período de recesso forense da Defensoria Pública do Estado do Paraná, os motoristas poderão cumprir jornadas reduzidas e/ou diferenciadas, conforme conveniência da DPE/PR. A escala e os horários a serem observados pelos profissionais serão previamente definidos e comunicados à empresa contratada.

1.7.5.5.4. Os horários diferenciados e/ou as escalas serão comunicados à contratada, no mês de dezembro, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência ao início do recesso.

1.7.5.5.5. É vedado que a empresa contratada utilize qualquer dos profissionais dispensados pela Defensoria em contrato diverso com outro órgão, a fim de suprir possíveis faltas ou escalas de trabalho.

## **1.8. DA CESSÃO DE VEÍCULO**

### **1.8.1. Condições Gerais**

1.8.1.1. Deverá ser prevista, pela empresa contratada, a cessão de veículo em perfeitas condições de uso e conservação, destinado à execução dos serviços de transporte de carga entre as unidades da DPE/PR.

1.8.1.2. O veículo será utilizado exclusivamente em serviço pela DPE/PR.

1.8.1.3. A CONTRATADA será responsável pela escolha do veículo a ser disponibilizado, conforme o planejamento logístico necessário à execução do contrato e as especificações técnicas estabelecidas.

1.8.1.4. O veículo deverá ser disponibilizado no início da prestação dos serviços dos postos permanentes de atuação. O escopo dos materiais transportados poderá abranger, de forma não exaustiva: materiais de expediente, como papel para impressora, toner, mouses, envelopes, clips e canetas; de higiene e limpeza, como papel higiênico, papel toalha, panos, vassouras, lixeiras, sabonete líquido, detergentes, sacos para lixo, luvas; alimentícios, como açúcar e café; equipamentos de TIC, como impressora multifuncional, switch para rede, computador, monitor de vídeo, nobreak, aparelho telefônico VOIP; aparelhos eletrodomésticos, como cafeteira, ventilador de mesa e de teto, splits, micro-ondas, purificador de água, entre outros que se enquadrem nos limites de capacidade e nas características do veículo.

1.8.1.5. O Plano Logístico (Apêndice I) é um indicativo de utilização dos serviços contratados, mas as rotas de transporte poderão ser modificadas de acordo com as

necessidades da DPE/PR, inclusive com alterações de última hora, sem prejuízo das obrigações de cobertura securitária da CONTRATADA.

1.8.1.6. O veículo circulará, principalmente, entre às 08h e 18h.

1.8.1.7. Em casos excepcionais e/ou durante viagens, o veículo poderá ser utilizado fora do período definido.

1.8.1.8. O veículo será guardado em garagem oficial no Centro de Distribuição e Logística (CDL) da DPE/PR, em Colombo/PR.

1.8.1.9. Na indisponibilidade de garagem oficial, a DPE/PR poderá locar espaço adequado para a guarda segura dos veículos.

1.8.1.10. O veículo poderá ser guardado fora do espaço oficial, desde que autorizado pela Coordenadoria de Logística.

1.8.1.11. Durante a vigência do contrato o veículo deverá permanecer integralmente à disposição da DPE/PR.

#### **1.8.2. Uso do veículo pela DPE/PR**

1.8.2.1. A CONTRATADA será responsável pelo transporte de bens, materiais e equipamentos diversos de propriedade (ou sob responsabilidade) da DPE/PR, sem definição prévia fixa do tipo ou quantidade de itens transportados em cada trajeto, respeitadas as características técnicas do veículo.

1.8.2.2. O veículo circulará em vias de uso urbano, rural e rodoviário em todo o Estado do Paraná.

#### **1.8.3. Especificação do veículo**

1.8.3.1. O veículo deverá possuir as seguintes especificações mínimas:

1.8.3.2. Tipo: caminhão  $\frac{3}{4}$  ou VUC (Veículo Urbano de Carga) com baú fechado;

1.8.3.3. Ano de fabricação: até 3 (três) anos de utilização, considerando o primeiro licenciamento do veículo;

1.8.3.4. Cor sólida;

1.8.3.5. Capacidade mínima de 3 (três) ocupantes (motorista e ajudantes);

1.8.3.6. Ar condicionado na cabine;

1.8.3.7. Direção hidráulica e/ou elétrica;

1.8.3.8. Transmissão automática ou automatizada;

1.8.3.9. Motorização compatível com a norma PROCONVE L7 ou superior, permitindo eficiência energética e redução da emissão de poluentes;

- 1.8.3.10. Capacidade mínima de carga de 2.000 (dois mil) kg;
- 1.8.3.11. Película protetora em toda a área envidraçada do veículo de acordo com a Resolução nº 960 do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;
- 1.8.3.12. O veículo deverá ser equipado com todos os itens de segurança exigidos por lei.
- 1.8.3.13. O veículo deverá possuir compartimento fechado de carga (baú) com capacidade volumétrica mínima de 20m³ do baú;
- 1.8.3.14. A altura total do conjunto formado pelo veículo e o baú instalado não deverá ultrapassar 3,5 metros.
- 1.8.3.15. Baú com revestimento interno adequado para transporte seguro de mobiliário, equipamentos eletrônicos e outros bens institucionais;
- 1.8.3.16. Equipado com cintas de amarração, trilhos de fixação e proteção interna para evitar danos à carga transportada;
- 1.8.3.17. O veículo deverá contar com Plataforma elevatória de carga veicular, em aço ou alumínio, tipo rampa ou elevador hidráulico.
- 1.8.4. **Documentação necessária para confecção do cartão de abastecimento**
  - 1.8.4.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à DPE/PR, por meio do e-mail (veiculos@defensoria.pr.def.br) a documentação do veículo titular digitalizada, no prazo máximo de 10 dias úteis antes da entrega, tempo hábil para confecção do cartão de abastecimento.
  - 1.8.4.2. A documentação digitalizada de veículo reserva deverá ser enviada à DPE/PR previamente ao início de sua utilização.
  - 1.8.4.3. No ato da entrega os veículos (titular e reservas) deverão estar devidamente documentados e assegurados, conforme legislação de trânsito.
- 1.8.5. **Identificação visual**
  - 1.8.5.1. O veículo deverá ser identificado de acordo com a identificação visual da DPE/PR, a ser encaminhada pela Coordenadoria de Logística em momento oportuno.
  - 1.8.5.2. A identificação visual deverá ser instalada em até 30 (trinta) dias após o envio da especificação técnica.
  - 1.8.5.3. A empresa deverá ser responsável pela confecção e adesivação dos veículos.
  - 1.8.5.4. Em caso de inconsistência com a identificação visual, a empresa deverá providenciar a correção em até 5 (cinco) dias úteis.



1.8.5.5. A identificação visual será composta de 03 (três) peças, com dimensões não superiores a 1,5 m<sup>2</sup> cada, que deverão ser fixadas nas laterais e parte traseira do veículo.

#### **1.8.6. Do rastreador**

1.8.6.1. O veículo deverá estar equipado com rastreador veicular para monitoramento em tempo real.

1.8.6.2. O sistema de rastreamento deve permitir o acompanhamento da localização por meio de plataforma acessível (aplicativo ou web).

1.8.6.3. A CONTRATADA será responsável pela instalação e manutenção do sistema de rastreamento durante a vigência do contrato.

1.8.6.4. Em caso de qualquer problema com o sistema (como travamentos que impeçam a utilização do veículo), a empresa CONTRATADA deverá efetuar a correção em até 2 (duas) horas.

1.8.6.5. O sistema de monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato.

#### **1.8.7. Da TAG para pedágio**

1.8.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar “TAG” ou similar para passagem nas praças de pedágio.

1.8.7.2. O valor de eventual mensalidade deve estar previsto no valor da cessão do veículo, sem qualquer custo de mensalidade à DPE/PR.

1.8.7.3. A CONTRATADA deverá custear o valor dos pagamentos referentes aos valores do pedágio, que será reembolsado pela DPE/PR no mês subsequente de sua utilização.

1.8.7.4. O reembolso será realizado mediante o envio pela CONTRATADA do extrato mensal do veículo contendo placa, valor, data, horário e local de utilização.

1.8.7.5. O dispositivo deverá estar configurado apenas para pedágios.

1.8.7.5.1. Não haverá reembolso pela utilização da TAG em outros serviços além do pedágio.

#### **1.8.8. Condições de entrega do veículo**

1.8.8.1. O veículo deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias da publicação do contrato.

1.8.8.1.1. O início da prestação dos serviços de mão de obra contínua ficará condicionado à efetiva entrega do veículo, em plenas condições de uso.

1.8.8.2. No ato da entrega, os veículos deverão ser apresentados ao representante da Defensoria Pública para que, após análise e vistoria, seja verificado o atendimento às características técnicas exigidas.

1.8.8.3. O veículo deverá ser entregue no endereço especificado pela DPE/PR, conforme agendamento prévio pelo e-mail: [veiculos@defensoria.pr.def.br](mailto:veiculos@defensoria.pr.def.br).

1.8.8.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo limpo, em perfeito funcionamento, sem apresentar problemas mecânicos, elétricos ou de lataria/pintura.

1.8.8.5. O veículo deverá ser entregue com o tanque de combustível cheio.

1.8.8.6. Caso seja verificado que o veículo entregue não atende às especificações técnicas exigidas, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

1.8.8.7. Durante o período de substituição, a DPE/PR poderá utilizar, de forma provisória, o veículo entregue em desconformidade, desde que mantenha condições operacionais e de segurança, aplicando-se, nesse caso, as disposições previstas no subitem 1.8.9 (veículo reserva).

#### **1.8.9. Veículo reserva**

1.8.9.1. A contratada deverá disponibilizar, sempre que necessário, veículo reserva para substituição do veículo titular, observadas as condições estabelecidas neste subitem e em seus desdobramentos.

1.8.9.2. A substituição será obrigatória sempre que o veículo titular estiver indisponível por período superior a 1 (um) dia útil, devendo a contratada fornecer veículo da mesma categoria, em perfeitas condições de uso e segurança, até o restabelecimento do veículo titular.

1.8.9.2.1. Excetua-se a exigência de disponibilização do veículo reserva no prazo estabelecido nas hipóteses de realização de manutenções preventivas ou corretivas que não decorram de falha ou omissão da contratada na execução das manutenções preventivas previstas contratualmente, e desde que o período de indisponibilidade não ultrapasse 3 (três) dias úteis.

1.8.9.3. Em eventual indisponibilidade de veículo reserva da mesma categoria, a contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a DPE/PR, veículo de categoria superior, observadas as demais condições operacionais.

1.8.9.4. Permanecendo a indisponibilidade de veículo compatível, a contratada poderá apresentar alternativas à Administração, visando à construção de solução consensual que preserve a continuidade e a qualidade do serviço.

1.8.9.5. O veículo reserva, em qualquer hipótese, deverá:

1.8.9.5.1. Possuir capacidade mínima para 3 (três) ocupantes, sendo 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes;

1.8.9.5.2. Estar equipado com compartimento de carga fechado, adequado ao transporte dos bens e materiais da DPE/PR;

1.8.9.5.3. Ter até 5 (cinco) anos de uso, contados a partir da data do seu primeiro licenciamento;

1.8.9.5.4. Estar em plenas condições operacionais, devidamente licenciado e com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de trânsito.

1.8.9.6. A fiscalização da DPE/PR poderá, a qualquer tempo, realizar a aferição das características do veículo reserva, com base em documentação técnica, manuais do fabricante, laudos técnicos ou por meio de inspeção in loco.

1.8.9.7. O veículo reserva deverá ser entregue no mesmo local de retirada do veículo titular e obedecer às mesmas exigências de abastecimento (tanque cheio), seguro, assistência e manutenção.

1.8.9.8. A substituição do veículo titular pelo veículo reserva deverá sempre ser agendada pelo e-mail: [veiculos@defensoria.pr.def.br](mailto:veiculos@defensoria.pr.def.br).

1.8.9.9. **A devolução do veículo titular deverá ser realizada sempre em até 30 (trinta) dias contados de sua indisponibilidade.**

1.8.9.10. O veículo substituto será devolvido após a devolução do veículo titular, mediante prévio agendamento da Coordenadoria de Logística.

1.8.9.11. Caso o veículo reserva esteja em viagem (fora de sua cidade de origem), será necessário a tolerância de até 2 (dois) dias úteis para devolução do carro reserva, a partir do aviso de liberação do carro titular, sem qualquer tipo de cobrança complementar.

1.8.9.12. A indisponibilidade conjunta de veículo titular e reserva ensejará a aplicação de glosa proporcional (veículo e postos de trabalho), aplicação do Instrumento de Medição de Resultados e abertura de procedimento sancionatório, quando for o caso.

#### **1.8.10. Manutenção preventiva, preditiva e corretiva**

1.8.10.1. Manutenção preventiva é aquela constante no plano de manutenção do fabricante, conforme descrito no manual do veículo, sendo executada em intervalos regulares com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil do bem.

1.8.10.2. Manutenção corretiva é aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

1.8.10.3. Manutenção preditiva, por sua vez, é baseada no monitoramento das condições do veículo em tempo real ou por meio de inspeções técnicas específicas, permitindo identificar desgastes ou falhas potenciais antes que se tornem críticos.

1.8.10.4. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, óleo de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, fluido da direção hidráulica, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, filtros de combustível, filtros de ar, amortecedores dianteiros e traseiros, balanceamento, alinhamento, geometria e pneus (que deverão ser substituídos quando apresentarem desgaste da banda de rodagem dentro do limite máximo de profundidade dos sulcos, conforme o *Tread Wear Indicator – TWI* – ou por avarias que comprometam a segurança).

1.8.10.5. A CONTRATADA também será responsável, às suas expensas, por todos os fluidos necessários ao funcionamento do veículo, incluindo, mas não se limitando à: Arla 32 (em veículos que possuam o sistema SCR – Redução Catalítica Seletiva), fluido de transmissão, fluido do sistema hidráulico, fluido de embreagem, líquido de arrefecimento, óleos lubrificantes e graxas especiais.

1.8.10.6. A substituição e reposição dos fluidos devem observar as recomendações técnicas do fabricante, inclusive quanto à periodicidade, qualidade e compatibilidade dos insumos utilizados.

1.8.10.7. Apenas o combustível principal (diesel ou outro adotado pelo veículo) será de responsabilidade da DPE/PR.

1.8.10.8. A execução das manutenções preventivas, corretivas e preditivas será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, reparos estruturais e substituição de peças desgastadas ou danificadas.

1.8.10.9. A CONTRATADA será responsável pela logística das manutenções, devendo agendar, buscar e devolver o veículo no mesmo local em que foi retirado para execução dos serviços contratados.

1.8.10.10. As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas com a DPE/PR, respeitando sua disponibilidade, de modo a evitar prejuízos no andamento das atividades institucionais.

1.8.10.11. A DPE/PR não será responsável por levar ou buscar os veículos em concessionárias, oficinas ou empresas para reparos de qualquer natureza.

1.8.10.12. Após a realização de manutenções, os veículos deverão ser devolvidos limpos, higienizados e em perfeitas condições de uso.

1.8.10.13. A CONTRATADA deverá encaminhar à Coordenadoria de Logística da DPE/PR (e-mail: [veiculos@defensoria.pr.def.br](mailto:veiculos@defensoria.pr.def.br)) os comprovantes de realização dos serviços de manutenção e/ou substituições realizadas.

1.8.10.13.1. Quando houver necessidade de realização de manutenção que torne o veículo indisponível por período superior a 3 (três) dias úteis, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro veículo, salvo a hipótese que a manutenção corretiva, decorrer de falha ou omissão da contratada na execução das manutenções preventivas previstas contratualmente, situações em que o prazo para disponibilizar o veículo será reduzido para 1 (dia útil).

1.8.10.14. Os pneus deverão ser substituídos sempre que atingirem a marca de desgaste indicada pelo *TWI (Tread Wear Indicator)*. Em caso de desgaste irregular ou avarias, a substituição deverá ser realizada imediatamente, independentemente da profundidade dos sulcos, visando à segurança dos usuários e da carga transportada.

1.8.10.15. A CONTRATADA deverá manter registros atualizados de todas as manutenções realizadas, incluindo data, tipo de serviço, peças e insumos utilizados, nome da oficina ou profissional responsável e quilometragem do veículo no momento da intervenção.

1.8.10.16. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar relatórios de manutenção à DPE/PR, para fins de fiscalização e auditoria contratual.

1.8.10.17. A CONTRATADA deverá garantir que as manutenções sejam realizadas em oficinas especializadas e devidamente autorizadas, conforme as exigências técnicas do fabricante do veículo.

1.8.10.18. A DPE/PR poderá realizar vistorias e auditorias periódicas no veículo contratado, a fim de verificar o cumprimento das obrigações de manutenção, sendo a CONTRATADA obrigada a disponibilizar o veículo, documentos e registros técnicos necessários à inspeção.

1.8.10.19. Eventuais manutenções emergenciais fora do domicílio do veículo deverão ser solucionadas pela CONTRATADA de forma célere e eficaz, podendo a DPE/PR solicitar a substituição temporária do veículo, conforme previsto no item 1.8.9.

#### **1.8.11. Limpeza do veículo**

1.8.11.1. A CONTRATADA será responsável por manter o veículo limpo durante toda a vigência do contrato, com custo já incluso na proposta. A contratação do serviço de lavagem será responsabilidade da CONTRATADA.

1.8.11.2. A empresa de lavagem deverá, preferencialmente, estar próxima ao Centro de Distribuição e Logística (CDL) em Colombo/PR.

1.8.11.3. A frequência estimada de lavagem é de 2 (duas) vezes por mês, com limpeza interna e externa.

1.8.11.4. A DPE/PR agendará diretamente as lavagens, com base nos contatos informados pela CONTRATADA.

#### **1.8.12. Seguros**

##### **1.8.12.1. Disposições gerais**

1.8.12.1.1. Tendo em vista a flexibilidade das rotas e a variedade de cargas, a CONTRATADA deverá manter coberturas securitárias para atender toda e qualquer demanda de transporte dentro do escopo deste Instrumento, abrangendo diferentes itinerários e materiais, inclusive com a possibilidade de averbação ou outro método de atualização junto à seguradora.

##### **1.8.12.2. Seguros Obrigatórios e Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR)**



1.8.12.2.1. A CONTRATADA deverá manter seguro obrigatório, nos termos do art. 13 da Lei n. 11.442/2007, alterada pela Lei n. 14.599/2023, com as seguintes coberturas mínimas:

1.8.12.2.1.1. Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário – Carga (RCTR-C), para danos decorrentes de acidentes rodoviários em que a CONTRATADA tenha responsabilidade;

1.8.12.2.1.2. Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RC-DC), incluindo furto, roubo e extravio;

1.8.12.2.1.3. Responsabilidade Civil de Veículos (RC-V), para danos materiais e/ou pessoais causados a terceiros, decorrentes da utilização do veículo de transporte.

1.8.12.2.2. Esse seguro deverá cobrir qualquer dano à carga, incluindo extravio, furto, roubo ou acidente que ocorra no transporte, bem como possíveis danos a terceiros, nos limites do contrato e da legislação aplicável.

1.8.12.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado, o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR), em conformidade com os §§ 1º e 9º do art. 13 da Lei n. 11.442/2007, detalhando medidas de segurança adotadas, tais como sistemas de rastreamento, rotas mapeadas, procedimentos de emergência e demais providências que visem minimizar riscos de sinistros.

#### **1.8.12.3. Seguro do Veículo e Assistência**

1.8.12.3.1. O veículo disponibilizado deverá possuir, no mínimo:

1.8.12.3.1.1. Cobertura na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE), contemplando Danos Materiais e Danos Pessoais.

1.8.12.3.1.2. Acidente Pessoais a Passageiros (APP), com cobertura para Morte e Invalidez Permanente.

1.8.12.3.1.3. Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, incluindo serviço de guincho sem limite de quilometragem, válido em todo o território do Estado do Paraná ou conforme área de atuação do contrato.

1.8.12.3.1.4. Reparo e/ou reposição de vidros laterais, traseiro, para-brisa, quebra-ventos, faróis, lanternas (dianteiras e traseiras) e retrovisores externos (espelho e estrutura), com a respectiva assistência.

1.8.12.3.1.5. O custo da franquia referente aos itens de cobertura do veículo (inclusive vidros, lanternas e retrovisores) será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

1.8.12.3.1.6. A apólice do veículo deverá incluir proteção contra terceiros, furto, roubo, incêndio e avarias, além de APP e assistência técnica 24 horas (cobertura para defeitos mecânicos, elétricos e eletrônicos).

1.8.12.3.1.7. Na ocorrência de sinistro que cause a indisponibilidade do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar substituição do veículo no prazo máximo de 1 (um) dia útil, conforme previsto no subitem referente ao veículo reserva (ver item 1.8.9).

1.8.12.3.1.7. A apólice deverá prever a disponibilização de veículo reserva em casos de sinistro, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias (ou até que o veículo principal esteja novamente apto ao serviço), de modo a não interromper a prestação dos serviços contratados.

1.8.12.3.1.8. Em caso de substituição definitiva do veículo por perda total ou quando houver aumento da frota, a CONTRATADA deverá apresentar à DPE/PR o respectivo endosso de inclusão na apólice, em até 5 (cinco) dias úteis após a efetivação da mudança.

#### 1.8.12.4. Seguro da Carga

1.8.12.4.1. Além do RCTR-C e do RC-DC, a CONTRATADA deverá contratar seguro específico que garanta cobertura para perdas, danos, roubos ou extravios dos bens transportados, em valor máximo de até R\$ 98.000,00 (quinze mil reais) por evento<sup>1</sup>.

1.8.12.4.2. O seguro de carga deverá permanecer vigente durante todo o percurso logístico, da origem até o destino final, incluindo paradas intermediárias e pernoites, sempre nos limites de valor estipulados neste Termo ou na apólice.

1.8.12.4.3. Ficam excluídos da cobertura de transporte bens pessoais não relacionados diretamente ao serviço contratual (ex.: notebooks particulares, celulares, objetos pessoais dos servidores), conforme política adotada pela DPE/PR.

---

<sup>1</sup> Valor indicado pela Diretoria de Operações (DOP). Para definição do valor máximo da cobertura por evento, foram considerados diversos fatores relevantes, como a composição típica de um posto de trabalho institucional, a estimativa do volume médio ocupado por esses itens no baú do caminhão, a capacidade volumétrica do veículo especificado para anexo a prestação dos serviços, a análise de casos recentes de mudanças realizadas pela DPE/PR e a possibilidade de fracionamento do transporte em mais de uma viagem, quando necessário. A conjugação desses elementos possibilitou a fixação de um valor de cobertura compatível com a realidade operacional da instituição, suficiente para resguardar o patrimônio público em eventual ocorrência de sinistro, sem implicar ônus desproporcional à contratação.

#### **1.8.12.5. Notificação e Procedimentos em Caso de Sinistro (Veículo ou Carga)**

1.8.12.5.1. Em qualquer evento que possa gerar abertura de sinistro (acidente, furto, roubo, extravio ou avaria), a CONTRATADA deverá notificar imediatamente a DPE/PR, apresentando, no prazo máximo de 2 (dois) dias, um relatório detalhado com data, local e circunstâncias do ocorrido.

1.8.12.5.2. A CONTRATADA deverá providenciar a lavratura de boletim de ocorrência e demais documentos legais, bem como acionar a seguradora e acompanhar todos os procedimentos de perícia, orçamentos e reparos.

1.8.12.5.3. A CONTRATADA será responsável por arrolar testemunhas, realizar vistorias e prestar quaisquer outras informações necessárias para a apuração da responsabilidade junto à seguradora ou às autoridades competentes.

1.8.12.5.4. Em caso de sinistro envolvendo a carga, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências junto à seguradora para fins de indenização, mantendo a DPE/PR informada de cada etapa até a conclusão do processo.

1.8.12.5.5. Quando houver indisponibilidade temporária ou definitiva do veículo principal em decorrência de sinistro, aplica-se a cláusula de substituição do veículo (item 1.8.9), não cabendo à DPE/PR qualquer ônus adicional.

#### **1.8.12.6. Vigência, Apresentação e Renovação das Apólices**

1.8.12.6.1. As apólices de todos os seguros (veículo, carga, RCTR-C, RC-DC, RC-V etc.) deverão permanecer em vigor durante toda a execução do contrato, sem qualquer lacuna ou interrupção de cobertura.

1.13.12.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato (ou da ordem de serviço), cópia das apólices ou certificados de seguro, devidamente atualizados, que comprovem a regularidade da cobertura.

1.8.12.6.3. Sempre que houver renovação ou qualquer alteração nas apólices (inclusive endossos de inclusão, aumento de cobertura etc.), a CONTRATADA deverá encaminhar à DPE/PR a comprovação dessa alteração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a efetivação.

1.8.12.6.4. O não encaminhamento da documentação de seguro no prazo estipulado poderá acarretar as penalidades previstas na legislação aplicável, nos regulamentos

internos da DPE/PR ou no contrato (multas, suspensão de pagamentos, rescisão contratual etc.).

1.8.12.6.5. Sempre que solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar cópia atualizada das apólices ou certificados de seguro.

#### **1.8.13. Responsabilidades e Exclusões**

1.8.13.1. A CONTRATADA responderá exclusivamente por danos causados a terceiros ou ao próprio CONTRATANTE em decorrência de acidentes, furtos, roubos ou desaparecimentos de carga, sem prejuízo de outras responsabilidades legais.

1.8.13.2. Em nenhuma hipótese a DPE/PR responderá por custos ou encargos relacionados a sinistros, incluindo, mas não se limitando a franquias, reparos, indenizações ou quaisquer outras despesas correlatas.

1.8.13.3. A CONTRATADA será responsável pela reparação ou ressarcimento integral dos danos à carga, caso seja constatada culpa ou negligência de seus prepostos, ou em caso de negativa da seguradora por descumprimento das obrigações contratuais, legais ou regulatórias.

1.8.13.4. Itens não abrangidos pela cobertura (por exemplo, bens pessoais no interior do veículo, não geram direito a indenização por parte da DPE/PR, da CONTRATADA ou de sua seguradora.

#### **1.8.14. Condições de uso prolongado do veículo**

1.8.14.1. O veículo entregue que atenda às especificações iniciais de idade (até três anos de utilização) e demais requisitos técnicos poderá permanecer em uso durante toda a vigência do contrato, desde que se mantenham preservadas as demais condições exigidas no Termo de Referência.

1.8.14.2. Não será obrigatória a substituição do veículo quando ele ultrapassar três anos de uso após o início da cessão, desde que permaneçam íntegras as características de segurança, desempenho e conformidade previstas e que seja realizado o plano de manutenção previsto pela fabricante do veículo.

#### **1.8.15. Devolução dos veículos**

1.8.15.1. O veículo será devolvido ao fim da vigência contratual, sendo responsabilidade da Contratada a sua retirada, no mesmo local da entrega ou no local onde se encontrar, em razão de eventual remanejamento.

1.8.15.2. O veículo deverá ser devolvido nas mesmas condições em que foi recebido (com o tanque cheio), e acompanhado de todos os itens entregues no momento do recebimento (manual, chave reserva e demais acessórios/ferramentas pertencentes ao veículo), desde que comprovado o recebimento pela DPE/PR.

1.8.15.3. A DPE-PR não se responsabilizará por itens e/ou avarias no veículo, uma vez que o manuseio será exclusivamente pelos representantes da Contratada, os quais deverão zelar pela integridade do bem e guardar os itens sob sua responsabilidade funcional.

1.8.15.4. A DPE/PR não se responsabilizará por polimentos decorrentes de eventuais avarias na retirada dos adesivos.

#### **1.8.16. Das Multas de Trânsito**

1.8.16.1. As multas de trânsito decorrentes do exercício da atividade contratada, em qualquer hipótese, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que deverá arcar com o pagamento integral dos custos e encargos provenientes das infrações cometidas por seus empregados ou prepostos.

1.8.16.2. A contratante não será responsável por qualquer pagamento ou reembolso de multas de trânsito decorrentes da condução do veículo.

1.8.16.3. A contratada compromete-se a regularizar, no prazo legal, o pagamento de todas as multas aplicadas, isentando a contratante de qualquer responsabilidade ou cobrança adicional sobre tais valores.

## **2. PLANO DE CONTRATAÇÕES**

2.1. A contratação em tela, está alinhada aos objetivos institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e encontra respaldo no Plano Anual de Contratações de 2024, com o título “ Contratação de veículo e mão de obra para operação de movimentação de carga”, sob o nº 047/2024.

## **3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação ocorrerá por meio licitatório, conforme Plano de Contratações Anual 2024.

3.2. A modalidade da contratação se dará por meio de Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital.

3.3. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação, uma vez que a natureza do objeto, que envolve a disponibilização contínua e coordenada de equipe de trabalho, veículo e estrutura de apoio logístico, exige execução uniforme, imediata e ininterrupta.

3.3.1. Nesse sentido, a contratação por meio do SRP pode acarretar riscos de descompasso entre a formalização dos contratos derivados da Ata de Registro de Preços (ARP) e a necessidade de atendimento tempestivo às demandas institucionais, comprometendo a efetividade dos serviços. Ademais, a complexidade operacional e a interdependência entre os elementos contratados, como mão de obra, veículo e seguros, tornam inadequada a fragmentação típica do SRP, sendo mais eficaz a contratação por meio de processo licitatório convencional, com escopo único e execução integrada.

3.4. O critério de julgamento da proposta será o menor preço, uma vez que o objeto pode ser bem definido e aferido a partir dos requisitos técnicos que instruem a contratação.

3.5. O critério de adjudicação será por grupo, sendo tecnicamente inviável o parcelamento da solução, uma vez que, tratando-se de serviços interligados, há risco elevado de comprometimento da execução caso sejam contratados de forma apartada.

3.5.1. Os valores indicados nos itens 6 e 7 não serão alvo de disputa e serão integralmente preservados, a fim de compor o valor total do contrato a ser firmado.

3.5.2. Em relação ao item 6, diárias estimadas, não ocorrerá a disputa, uma vez que é de interesse institucional que o valor unitário indicado seja preservado durante a execução do objeto, de forma a garantir as condições mínimas para as rotinas durante as viagens institucionais.

3.5.3. Em relação ao item 7, pagamento de pedágio, não haverá disputa, sendo os valores gastos a esse título reembolsados.

3.6. Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.



3.6.1. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.6.2. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, em relação às parcelas referentes a contratação de serviços especializados em montagem e desmontagem de móveis.

3.6.3. Independentemente da subcontratação dos serviços nos termos descritos, a CONTRATADA se compromete a fornecer serviços padronizados em todos os locais de prestação

3.6.4. A subcontratação deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a(s) SUBCONTRATADA(S) possuem habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da CONTRATADA.

3.6.5. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação (Apêndice VI), juntamente com os documentos da SUBCONTRATADA, e o contrato de subcontratação celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA.

3.6.6. A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação após a solicitação.

3.6.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.6.8. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

3.7. Aplica-se o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

#### **4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

4.1. Não há necessidade de vistoria prévia, para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente aquisição.

4.2. Considerando a natureza continuada, a abrangência estadual e a complexidade logística envolvida na presente contratação, justifica-se a exigência de Atestado de Capacidade Técnica como forma de assegurar que o licitante possua experiência prévia compatível com os serviços a serem prestados. Tal exigência visa mitigar riscos operacionais, garantir a adequada execução contratual e promover maior segurança na contratação pública.

4.2.1. A comprovação da capacidade técnica se dará mediante a apresentação de 1 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACTs) comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada, os serviços de transporte de produtos, materiais e/ou equipamentos, com fornecimento de mão de obra exclusiva de motorista e ajudante de carga e descarga.

4.2.1.1. A Licitante deve apresentar atestado(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

4.2.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Caso a área técnica entenda necessário, a licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

4.3. Considerando o objeto, não é necessária a apresentação de amostras.

#### **4.4. DA HABILITAÇÃO**

4.4.1. Na fase de habilitação jurídica, a CONTRATADA deverá demonstrar ser do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, nos termos do inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021.

4.4.2. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

4.4.2.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

4.4.2.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital.

4.4.2.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;

4.4.2.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

4.4.2.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.4.3. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

4.4.3.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

4.4.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

4.4.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

4.4.3.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;

4.4.3.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

## **5. DA FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

5.2.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.

5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.

5.5. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.6. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED-PR) e será de 36 (trinta e seis) meses, excluído o dia do termo final, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

5.6.1. O objeto contratual poderá ser rescindido de forma antecipada, sem qualquer ônus para a Administração, a exclusivo critério desta, caso seja atingido o limite de 100 (cem) pontos no IMR (Índice de Monitoramento de Resultados) no período de 12 (doze) meses, em razão de falhas na prestação dos serviços que caracterizem descumprimentos contratuais reiterados.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO**

6.1. O gestor e o fiscal do contrato do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS).

6.2. O fiscal do contrato será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Infraestrutura e Operações (DOP).

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pela Diretoria de Operações ou Coordenadoria Logística (execução técnica), através do e-mail: [veiculos@defensoria.pr.def.br](mailto:veiculos@defensoria.pr.def.br).

6.4. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais: [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br). (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios - CFIS).

6.5. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais: [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br) (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios - CFIS);

#### **6.6. DA FISCALIZAÇÃO**

6.6.1. A responsabilidade pela gestão e fiscalização deste contrato caberá ao (à) servidor (a) ou comissão designados, o (a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Apêndice XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.6.2. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.6.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.6.5. No início da execução contratual será fiscalizado se o número de terceirizados está de acordo com previsto no contrato.

6.6.6. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação: a) relação dos empregados, com nome completo, função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), b) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e c) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

6.6.7. Na Fiscalização mensal, será consultada a situação da empresa, bem como todas as certidões de regularidade fiscal.

6.6.8. Nas Fiscalizações diárias, as solicitações dos terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto/representante.

6.6.9. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço ou folgas deve ser em comum acordo com a DPE/PR.

6.6.10. Serão conferidos, diariamente, se os empregados terceirizados estão prestando os serviços de acordo com o cumprimento da jornada de trabalho.

6.6.11. A fiscalização do contrato, verificará se a empresa CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita à estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

6.6.11.1. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa CONTRATADA.

6.6.12. A DPE/PR solicitará, os extratos da conta do FGTS para que se verifique se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

6.6.13. Ao final de um ano, todos os empregados terão seus extratos avaliados, sendo obrigação da CONTRATADA o encaminhamento à DPE/PR.

6.6.14. Durante a execução do objeto, o fiscal monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.6.15. Em hipótese alguma, será admitido que a própria empresa contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

6.6.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, serão aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas nesta contratação.



6.6.17. A DPE/PR promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos do Art. 1º, Inciso IV, do Anexo XII da RES DPG 375/23.

6.6.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da contratante, conforme disposto nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

#### **6.8. DO PREPOSTO**

6.8.1. Designar um preposto que exercerá a supervisão permanente de modo a obter uma operação correta e eficaz, o qual, além de ser o contato com a CONTRATANTE responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

6.8.2. A empresa deverá indicar, em ofício apartado, por ocasião da assinatura deste Termo de Contrato, ou em até cinco dias, preposto para representá-la, comunicando, ainda, pelo mesmo meio, qualquer alteração quanto ao responsável pela sua representação durante a execução contratual.

6.8.3. A contratada deverá manter o seu representante durante a vigência do contrato para representá-lo administrativamente, sempre que necessário, respondendo às solicitações da DPE/PR, por e-mail ou outro meio de contato em até 01 (um) dia útil.

6.8.4. Em caso de urgências, o representante deverá atender às solicitações prontamente, a fim de prestar o suporte necessário.

6.8.5. Quaisquer entendimentos entre a DPE/PR e o representante da contratada serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

6.8.6. O representante deverá apresentar-se sempre que solicitado pela DPE/PR para receber orientações quanto aos procedimentos estabelecidos, bem como, para

tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação dos postos de trabalho e à execução do contrato, relativos à sua competência.

6.8.7. O representante deverá supervisionar a prestação de serviços, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos ocupantes dos postos de serviço, tomando providências para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas e repassando orientações corretivas em caráter particular quanto ao devido cumprimento do objeto contratado.

6.8.8. O representante da contratada deverá realizar, no mínimo, uma visita mensal aos locais de execução dos serviços, com o objetivo de verificar a regularidade e a qualidade da prestação dos serviços, inspecionando, inclusive, as condições de uso e conservação dos itens e/ou materiais fornecidos, bem como os cuidados dedicados ao veículo utilizado, sob responsabilidade de seus profissionais no desempenho das atividades contratadas.

6.8.9. Na designação do representante pela empresa é vedada a indicação dos próprios funcionários (motoristas/ajudantes responsáveis pela prestação dos serviços junto à DPE/PR) para o desempenho de tal função.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e apêndices, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.2. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

7.3. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos no Termo de Referência e nos demais documentos a ele vinculados.

7.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente

envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de agendamento dos serviços, programação de viagens, recepção e apoio ao usuário.

7.8. Aplicar, motivada e justificadamente, a CONTRATADA às penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

7.9. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

7.10. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

7.11. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

7.12. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018 e à Resolução DPG nº 318/2023, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

7.13. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução

deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar os serviços, conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento conforme termo de contrato, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas em sua proposta, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8.2. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

8.3. Prestar os serviços discriminados utilizando-se empregados capacitados, éticos, urbanos, com prática de direção comprovada por meio da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da CTPS (no caso do motorista).

8.3.1. Exercer rígido controle com relação a validade da Carteira Nacional de Habilitação de cada motorista, verificando se pertence a categoria compatível com os serviços contratados.

8.3.2. Promover a participação dos motoristas em cursos de reciclagem, visando a constante atualização sobre as leis de trânsito e ao cumprimento das obrigações contratuais com habilidade, presteza e eficiência.

8.4. Manter os seus profissionais, quando em serviço, dentro da DPE/PR, devidamente identificados e uniformizados.

8.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos.

8.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.7. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos contrários.

8.10. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como por todas as demais disposições das leis trabalhistas e previdenciárias.

8.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

8.11.1. A CONTRATADA deve garantir o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

8.11.1.1. A CONTRATADA deverá adotar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência desta espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou na conexão com eles, ainda que verificados em dependências da DPE/PR

8.12. Responder por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus empregados ou, ainda, aquele causado pela DPE/PR ou a terceiros, quando da prestação dos serviços.

8.13. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.14. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

8.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à DPE/PR, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.16. Os serviços deverão atender toda a legislação vigente de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito.

8.16.1. Antes da prestação do serviço, a CONTRATADA deverá comprovar a inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em plena validade.

8.16.2. A CONTRATADA deverá possuir apólice de contratação de seguro que comprove existência de cobertura de risco de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Cargas (RCTR-C), Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RC-DC) e Responsabilidade Civil de Veículo (RC-V) (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei n. 14.599/2023).

8.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, prevista no art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual nº 16.938/2011( Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos), Lei Estadual nº 18.712/2016 (Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná) e Lei Estadual nº 19.727/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar até 2% (dois por cento) das vagas de emprego das empresas para mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual.



8.17.1. As exigências legais de reserva de cargos que devem ser cumpridas pelas CONTRATADA não se confundem com a prestação do serviço objeto desta licitação, pois a Contratante não tem e não há previsão de ter veículos adaptados na frota própria ou locada.

8.18. Orientar seus funcionários a manter sigilo sobre fatos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a CONTRATANTE, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

8.19. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

8.20. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento da contratação indicado em epígrafe, respectivo Termo de Referência e anexos, na proposta e demais documentos pertinentes à contratação.

8.21. As demais obrigações da CONTRATADA encontram-se dispostas no Termo de Referência do procedimento da contratação indicado em epígrafe, seus apêndices e na proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

## **9. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. Os mecanismos de comunicação estão disciplinados nos itens 6.3, 6.4 e 6.5, constantes do capítulo “Do Modelo de Gestão”.

9.2. A publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, constitui o marco temporal para início da contagem de prazo, nos termos do Art. 65 da Resolução DPG nº 375/2023.

9.2.1. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará a CONTRATADA do início da vigência, e a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução do objeto contratado.

### **9.3. Início da Prestação do Serviço**

#### **9.3.1. Reunião de Alinhamento de Inicial**

9.3.1.1. A Diretoria de Operações da Defensoria Pública, por meio dos seus órgãos e do fiscal de contrato designado, contatará a CONTRATADA para realização de reunião inicial para alinhamento do início da prestação dos serviços.

9.3.1.2. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias da publicação do contrato.

9.3.1.3. A reunião tem como objetivo apresentar à CONTRATADA uma análise detalhada das atividades a serem desempenhadas, esclarecimento de dúvidas, definição de cronogramas e alinhamento das diretrizes operacionais.

9.3.1.4. Os serviços serão expressamente demandados pela Diretoria de Operações e seus órgãos e seguirão os dispositivos do Plano Logístico (Anexo I).

**9.3.2. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias da publicação do contrato, contemplando a entrega do veículo e o fornecimento da mão de obra exclusiva.**

9.3.3. O início da prestação dos serviços deverá estar condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos no Termo de Referência e indicados no Apêndice III para esta etapa.

#### **9.4. Da Localização dos Postos de Serviço**

9.4.1. O endereço dos postos de trabalho corresponde às dependências do Centro de Distribuição e Logística (CDL) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situado na Avenida São Gabriel, nº 433, Barracão 4, Bairro Roça Grande, Município de Colombo, Estado do Paraná, CEP 83404-000.

9.4.2. O planejamento logístico abrange as demais localidades envolvidas na prestação do serviço, com a indicação dos endereços das sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme detalhado no Apêndice II.

#### **9.5. O recebimento dos serviços dar-se-á da seguinte forma:**

9.5.1. Para os serviços contínuos e eventuais

9.5.1.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do encerramento do mês de referência.

9.5.1.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

#### 9.5.2. Condições Gerais do Recebimento

9.5.2.1. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer desconformidade ou falha na execução cuja responsabilidade seja da CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após a resolução dos problemas levantados.

9.5.2.2. O recebimento definitivo de ambos os tipos de serviços fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.5.2.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.

9.5.3. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto devem observar o procedimento estabelecido neste Termo de Referência, bem como o previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 65, 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

9.5.3.1. Os prazos para os recebimentos provisório e definitivo do objeto não poderão ultrapassar 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, conforme prevê o art. 13, inciso XII, do Anexo IV da Resolução DPG nº 375/2023.

#### 9.5.4. **Critérios de medição dos serviços:**

9.5.4.1. Entende-se que a medição dos serviços deverá ser realizada mensalmente, sendo detalhada em notas fiscais separadas, com os devidos tributos, conforme indicado:

9.5.4.1.1. Medição referente à mão de obra dos serviços contínuos (Postos de Serviço).

9.5.4.1.2. Medição referente a cessão de veículo.

9.5.4.1.3. Medição referente à quilometragem (caso o combustível deva ser ressarcido), às diárias e pedágios.

9.5.4.1.4. Medição referente à mão de obra para serviços eventuais.

9.5.4.1.5. A medição dos serviços eventuais.

#### 9.5.4.2. **Prazo de garantia dos serviços**

9.5.4.2.1. O objeto contratado, em especial a desmontagem e montagem de mobiliário, deverá ter garantia da CONTRATADA contra vícios de qualidade, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, conforme previsto no art. 26, II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

9.5.4.2.2. Caso os serviços apresentem defeitos durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá realizar os reparos e/ou substituições em até 05 (cinco) dias úteis.

9.5.4.2.3. A CONTRATADA deverá reparar os vícios verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, sem ônus para a DPE/PR.

## **10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

10.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais, conforme disposto em minuta de contrato.

## **11. DA PREVISÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

11.1. Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse, entre outros:

11.1.1. Cumprimento do cronograma de entregas e mudanças institucionais;

11.1.2. Atendimento adequado às demandas por mão de obra eventual;

11.1.3. Disponibilidade e qualidade da mão de obra;

11.1.4. Condições adequadas para transporte e movimentação de bens institucionais;

11.1.5. Conformidade com a entrega de materiais e equipamentos previstos no contrato.

11.1.6. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
4	Não garantir condições adequadas para transporte de bens institucionais, resultando em avarias ou extravios.	3	Por ocorrência
5	Utilizar veículos sem manutenção adequada ou sem os equipamentos obrigatórios para transporte seguro.	5	Por dia de desconformidade
6	Não disponibilizar equipe suficiente para execução das atividades regulares e eventuais, gerando atrasos ou impacto na operação logística	3	Por ocorrência
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais sem prévia comunicação e concordância da fiscalização.	5	Por dia de atraso
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
9	Atraso na execução das entregas ou mudanças institucionais em relação ao cronograma estabelecido, sem justificativa plausível.	5	Por dia de atraso

Para os itens a seguir, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como fornecer informações sobre a folha ponto dos profissionais, quando requisitado.	1	Por empregado e por dia
11	Informar tempestivamente a fiscalização sobre ocorrências que impactem a execução do contrato	1	Por ocorrência
12	Manter a documentação de habilitação do veículo e motorista atualizada.	1	Por item e por ocorrência
13	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.	1	Por ocorrência e por dia
14	Apresentar os documentos de vistoria e manutenção preventiva dos veículos no prazo definido pela fiscalização.	1	Por dia
15	Promover a limpeza e organização do veículo e local de movimentação de carga conforme exigências contratuais.	1	Por ocorrência e por dia
16	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido por lei ou convenção, aos empregados e garantir o seu uso adequado.	2	Por empregado e por ocorrência
17	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
18	Efetuar os pagamentos dos empregados (salários, vale-transporte e/ou benefícios) nas datas avençadas.	3	Por ocorrência e por dia
19	Fornecer o veículo titular nos prazos indicados	3	Por dia
19	Fornecer veículo reserva capaz de realizar as atividades, na indisponibilidade do veículo titular	3	Por dia

11.1.7. Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará descontos nos valores mensais do contrato conforme metodologia a seguinte metodologia: durante o mês de competência, as ocorrências serão analisadas de acordo com os critérios de desempenho, grau e a incidência. O desconto será realizado no pagamento correspondente de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO MENSAL	
Grau de infração	Correspondência
Pontos acumulados	% do valor MENSAL do contrato

Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,0%
De 11 a 20 pontos	5,0%
De 21 a 30 pontos	10,0%
De 31 a 40 pontos	15,0%
De 41 a 50 pontos	20,0%
Acima de 50 pontos	30,0%

Caso a Contratada descumpra recorrentemente os critérios de avaliação do serviço estabelecidos neste Instrumento de Medição de Resultados (IMR), resultando no acúmulo de 100 (cem) ou mais pontos, apurado com base na análise mês a mês, no período de 12 (doze) meses, configurará hipótese de rescisão contratual antecipada, a ser apurada pela Contratante, nos termos do item 5.6.1.

## 12. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

### 12.2. DO PAGAMENTO

12.2.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, os pagamentos serão efetuados em favor da CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

12.2.2. O pagamento será realizado mensalmente à CONTRATADA, condicionado aos indicadores do IMR.

12.2.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

12.2.3.1. O faturamento/nota fiscal de cada classe de objeto deverão ser apresentados separadamente: mão de obra exclusiva; mão de obra eventual; diárias; pedágios; cessão do veículo.

12.2.4. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente apresentar o mês da prestação de serviços, valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, e declarar a integralidade dos serviços prestados, e em situações de faturamento proporcional (*pro rata*), o mesmo deverá ser destacado;

12.2.5. A liberação dos pagamentos à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

12.2.6. A existência de obrigações financeiras pendentes, resultantes da aplicação de penalidades ou do inadimplemento de cláusulas contratuais, poderá ensejar a retenção e/ou o desconto dos valores devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a quaisquer acréscimos, indenizações ou compensações de qualquer natureza.

12.2.7. Nos casos de eventual atraso no pagamento, desde que não tenha concorrido para tanto, a CONTRATADA fará jus, mediante solicitação expressa, ao recebimento de encargos moratórios incidentes entre a data-limite prevista para o pagamento e a data do efetivo adimplemento da parcela, os quais serão calculados sem aplicação do critério *pro rata die*, com a incidência de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo IGP-M/FGV.

12.2.8. A CONTRATANTE efetuará as retenções previstas em lei e/ou exigirá, da CONTRATADA, a apresentação tempestiva dos comprovantes de recolhimento dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários legalmente exigidos.

12.2.9. Os encargos decorrentes de eventual atraso nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão atribuídos exclusivamente à CONTRATADA quando este atraso decorrer da não apresentação, em tempo hábil, dos documentos comprobatórios exigidos.

12.2.10. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE eventuais reduções nos preços contratados, decorrentes da alteração, extinção ou redução de alíquotas de tributos ou contribuições incidentes, em virtude de modificações na legislação superveniente durante a vigência contratual.

12.2.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem



cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual modificação da ordem.

### **12.3. Condições específicas para mão de permanente**

12.3.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do contrato deverá receber os relatórios mensais para faturamento referente à prestação dos serviços da equipe permanente e de eventuais diárias utilizadas no período, que deverão ser faturadas separadamente.

12.4. O pagamento dos serviços prestados somente será efetuado após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos empregados da CONTRATADA, relativos ao mês referenciado na nota fiscal/fatura, bem como após a comprovação de quitação de débitos com a Previdência Social, FGTS, 13º Salário PIS, ISS, Férias e demais encargos referentes aos empregados que prestarem serviços para a execução do objeto contratado.

12.4.1. Os pagamentos dos salários mensais e de outras verbas remuneratórias deverão ser efetuados pela CONTRATADA, impreterivelmente na data limite estabelecida em Lei, sob pena de multa.

12.4.1.1. Se persistir o atraso a Administração poderá, se achar conveniente efetuar o pagamento diretamente aos funcionários da CONTRATADA, sem prejuízo de abertura de procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades, garantido o direito ao contraditório, e das demais sanções legais, nos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

12.5. Sempre que a CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido, não tiver efetuado o pagamento do salário dos empregados terceirizados por ela contratados, a CONTRATANTE poderá promover a dedução, do valor da fatura do mesmo mês correspondente, dos valores pertinentes aos salários líquidos não pagos, e efetuar o pagamento diretamente aos empregados terceirizados contratados.

12.6. A eventual inadimplência da CONTRATADA para com seus empregados terceirizados relativamente ao vale-transporte e vale alimentação, poderá ter o mesmo tratamento previsto no item anterior.

12.7. Uma vez pagos os empregados terceirizados pela CONTRATANTE, na conformidade do disposto no Parágrafo anterior, a CONTRATADA fará jus ao recebimento da diferença, uma vez comprovada a regularidade de pagamento do

FGTS do mês de competência dos serviços prestados, em relação a todos os segurados envolvidos na prestação de serviços.

12.8. Os encargos da folha de pagamento, com exceção da retenção do recolhimento dos 11% (onze por cento) da Previdência Social, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

12.9. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE eventuais reduções de preços decorrentes de mudança de alíquotas de impostos ou contribuições, em função de alterações na legislação durante a vigência contratual.

### **13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

#### **13.1. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO**

13.1.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado – (i) insumos vinculados aos Postos de Trabalho; (ii) prestação de serviços sob demanda; (iii) cessão de veículo; e (iv) diárias de viagem – são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data-base (data da apresentação das propostas desta contratação), compreendendo o período de 23.10.2025 a 22.10.2026.

13.1.2. Findo o período previsto na Cláusula 13.1.1., os preços contratados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 13.1.3, com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no respectivo período ou, em caso de extinção desse índice, de outro que venha a substituí-lo, a critério da CONTRATANTE.

13.1.2.1. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes do mercado somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

13.1.2.2. As demais disposições sobre o tema encontram-se previstas na minuta de contrato.

### **14. DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA na modalidade escolhida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual

período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

14.2. As demais disposições sobre a garantia encontram-se disciplinadas no termo de contrato.

## **15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

15.1. De acordo com o Art. 361 do Decreto Estadual no 10086, de 17 de janeiro de 2022, para aquisição de bens e serviços, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber.

15.2. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

15.3. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

15.4. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

15.5. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

15.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

15.7. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

15.8. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados; e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

15.9. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão, ainda, pautar-se nos seguintes princípios e diretrizes:

15.9.1. Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos e gases de efeito estufa (GEE), a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

15.9.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados, quando possível, pela CONTRATADA:

15.9.3. Exigência de que os veículos envolvidos na operação estejam com a manutenção preventiva em dia, garantindo maior eficiência energética e redução na emissão de poluentes.

15.9.4. Exigência do uso de veículos que atendam às normas ambientais mais recentes, especialmente os que seguem os padrões da Resolução CONAMA n.º 490/2018 (com base mínima na fase PROCONVE L7).

15.9.5. Exigência de um planejamento de rotas logísticas mais curtas e diretas para reduzir o tempo de deslocamento e, conseqüentemente, as emissões de GEE e poluentes.

15.9.6. Realização das operações de carga e descarga com técnicas que minimizem barulhos desnecessários.

15.9.7. Priorização no uso de mantas, cobertores e caixas retornáveis ou reutilizáveis para proteger os móveis e equipamentos durante o transporte, reduzindo a quantidade de embalagens descartáveis.

15.9.8. Exigência de atendimento, no que couber, às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela LEI n. 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23/12/2010.

15.9.9. Exigência de que a CONTRATADA faça a destinação correta dos pneus inservíveis de veículos utilizados na operação

## **16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023 e anexos (Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos), Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023 (Disciplina a aplicação de sanções administrativas e cobrança de débitos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná) ou a que vier a substituí-la, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPG no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Decreto Lei n.º 5.452/43 - Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto n.º 10.854/21 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas, Lei n.º 18.712/2016 - Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem

como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná, Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de trânsito brasileiro); Lei Federal n.º 11.442, de 05 de janeiro de 2007 (Regulamenta o transporte rodoviário de cargas), Lei Federal n.º 12.023, de 27 de agosto de 2009 (Regulamenta as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso), Resolução CONAMA n.º 490, de 16 de novembro de 2018 (Estabelece as fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8), Resolução ANTT n.º 5.982, de 23 de junho de 2022 (Regulamenta os procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC)

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

## **17. DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## APÊNDICE I- PLANO LOGÍSTICO

O presente Plano Logístico tem por objetivo trazer um indicativo para organizar e disciplinar as ações relacionadas ao transporte, à distribuição e à movimentação de bens institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), promovendo maior eficiência na gestão patrimonial e no apoio operacional às unidades descentralizadas da instituição.

Nesse sentido, cabe salientar que a CONTRATADA será responsável pelo transporte de bens, materiais e equipamentos diversos de propriedade (ou sob responsabilidade) da DPE/PR, sem definição prévia fixa do tipo ou quantidade de itens transportados em cada trajeto, respeitadas as características técnicas do veículo, o qual circulará em vias de uso urbano, rural e rodoviário em todo o Estado do Paraná.

O escopo dos materiais transportados poderá abranger, de forma não exaustiva: materiais de expediente, como papel para impressora, toner, mouses, envelopes, clipes e canetas; de higiene e limpeza, como papel higiênico, papel toalha, panos, vassouras, lixeiras, sabonete líquido, detergentes, sacos para lixo, luvas; alimentícios, como açúcar e café; equipamentos de TIC, como impressora multifuncional, *switch* para rede, computador, monitor de vídeo, nobreak, aparelho telefônico VOIP; aparelhos eletrodomésticos, como cafeteira, ventilador de mesa e de teto, splits, micro-ondas, purificador de água, entre outros que se enquadrem nos limites de capacidade e nas características do veículo.

Cabe salientar que as rotas e cronogramas de transporte serão definidas pela DPE/PR sempre de acordo com as suas necessidades, podendo variar em relação ao Plano Logístico apresentado, inclusive com alterações de última hora.

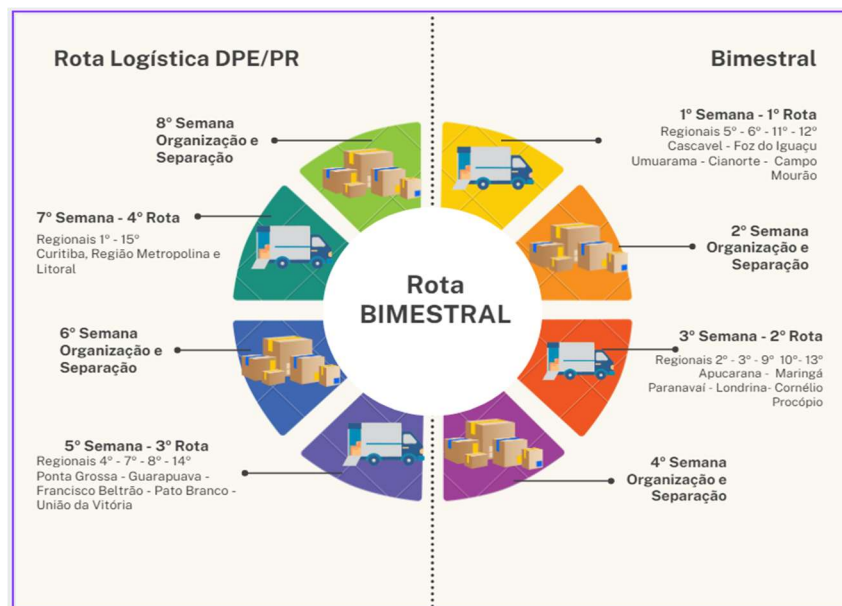
Isto posto, o Plano Logístico possui cronograma que será dividido de acordo com o tipo da demanda em: entregas regulares, mudanças e urgências.

### **Entregas Regulares:**

O plano de entrega regulares é um roteiro bimestral dividido em oito semanas e o seu intuito primordial é realizar a logística de distribuição de itens de almoxarifado e patrimônio. As atividades são organizadas de forma que em uma semana específica

haja atividades de organização, separação, movimentação e carregamento de itens, enquanto que na semana subsequente haverá a realização de uma rota específica.

Desse modo, as atividades regulares se organizam de forma cíclica e intercalada, com intuito de permitir a realização das atividades preparatórias em um momento e as atividades de execução em outro, conforme é possível observar na imagem ilustrativa abaixo:



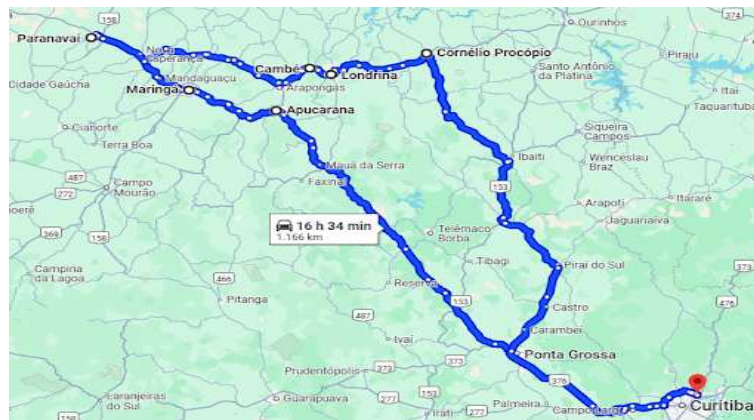
Nesse sentido, os roteiros indicativos se constituem da seguinte forma:

- **1ª Rota:** Colombo - Cascavel – Foz do Iguaçu – Umuarama – Cianorte – Campo Mourão - Colombo. Aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos) quilômetros.





- **2ª Rota:** Colombo - Apucarana – Maringá – Paranavaí – Londrina – Cornélio Procopio - Colombo. Aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) quilômetros.



- **3ª Rota:** Colombo - Ponta Grossa – Guarapuava – Francisco Beltrão – Pato Branco – União da Vitória - Colombo. Aproximadamente 1.100 (mil e cem) quilômetros.



- **4ª Rota:** Colombo - Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. Aproximadamente 400 (quatrocentos) quilômetros.



O plano de entrega regulares possui como origem sempre o Centro de Distribuição e Logística (CDL) na cidade de Colombo/PR, sendo que o prazo máximo para execução de cada roteiro de entrega regular é 5 (cinco) dias corridos, contemplando o retorno para o CDL.

### **Mudanças institucionais:**

As mudanças institucionais englobarão as ocupações e desocupações de imóveis utilizados pela instituição. Esta demanda possui como características a não previsibilidade e a prioridade de execução. Portanto, sempre que surgir, deverá ser priorizada em detrimento do restante das demandas.

As mudanças deverão ser planejadas e comunicadas à empresa com no mínimo 30 dias de antecedência, para que seja revisto e atualizado o cronograma de viagens do veículo para encaixe desta demanda, bem como para que haja tempo hábil para contratação de mão de obra adicional, caso haja necessidade.

Os prazos para finalização das mudanças consideram o histórico institucional de contratação de serviços de fretamento, bem como a capacidade do veículo a ser disponibilizado. Nesse sentido, os prazos são os seguintes:

- Até 32 m<sup>3</sup> – 3 dias corridos.
- De 32,01 m<sup>3</sup> a 70m<sup>3</sup> - 5 dias corridos.
- De 70,01 m<sup>3</sup> a 250 m<sup>3</sup> - 10 dias corridos.
- Acima de 250m<sup>3</sup> - 15 dias corridos.

Esses prazos poderão ser prorrogados por igual período a critério da DPE/PR, caso seja identificada e justificada a necessidade.

No que diz respeito às mudanças institucionais, adota-se que cada mudança tenha uma estimativa média de 700 (setecentos) km percorridos e que sejam realizadas 8 mudanças em cada ano, estimando o total de 24 viagens durante a vigência contratual trienal.

### **Entregas eventuais de urgência:**

Como urgência entende-se a entrega e/ou recolhimento de itens de almoxarifado e patrimônio que não podem esperar a realização da entrega regular, haja vista a possibilidade de haver prejuízo das atividades institucionais.

Caso a urgência envolva uma quantidade acima de 10 m<sup>3</sup>, seu prazo para finalização respeitará os dispositivos sobre mudanças institucionais.

Desse modo, nos casos urgentes, a empresa deverá disponibilizar os profissionais da equipe permanente em, no máximo, 04 (quatro) horas, a contar da abertura do chamado ou comunicação da equipe técnica da DPE/PR, excluído o período de deslocamento até o local da ocorrência.

Caso a equipe esteja em viagem, a fiscalização do contrato poderá autorizar a modificação do roteiro com objetivo de atender a demanda urgente.

No caso de acionamento de mão de obra não exclusiva para o atendimento de situações de urgência, a empresa deverá disponibilizar os profissionais e recursos necessários ao atendimento da demanda em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas da abertura do chamado.

## APÊNDICE II - LISTA COM AS PRINCIPAIS SEDES DA INSTITUIÇÃO

Trata-se de lista não exaustiva dos principais locais de atuação da DPE/PR. Cabe salientar que os serviços deverão ser executados em qualquer uma das sedes atuais da DPE/PR, bem como das novas sedes que vierem a surgir no Estado do Paraná ao longo da execução contratual.

CIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
Almirante Tamandaré	Rua João Batista de Siqueira	282	Vila Rachel	83501-090
Apucarana	Travessa João Gurgel Macedo	100	Centro	86800-710
Apucarana	Rua Prof. Erasto Gaertner	126	Centro	86800-280
Cambé	Avenida Roberto Conceição	532	Jardim São José	86192-550
Campo Mourão	Avenida José Custódio de Oliveira	2065	Centro	87300-020
Campo Mourão	Rua Santa Cruz	923	Centro	87300-440
Cascavel	Rua São Paulo	346	Centro	85801-020
Castro	Rua. Cel. Jorge Marcondes	s/n	Vila Rio Branco	84172-020
Castro	Rua Padre Damaso	81	Centro	84165-210
Cianorte	Rua Guararapes	521	Zona 1	80320-210
Colombo	Rua Prefeito Pio Alberti	450 A	Jardim Osasco	83402-650
Colombo	Avenida São Gabriel	433	Roça Grande	83404-642
Cornélio Procopio	Rua Santos Dumont	635	Centro	86300-000
Curitiba	Avenida Marechal Floriano Peixoto	8.257	Boqueirão	81650-000
Curitiba	Avenida Paraná	870	Cabral	80035-130
Curitiba	Rua Lodovico Kaminski	2.525	Caiuá	81260-282
Curitiba	Rua Álvaro Ramos	150	Centro Cívico	80530-190
Curitiba	Avenida Anita Garibaldi	750	Ahú	80540-180
Curitiba	Rua da Glória	290	Centro Cívico	80030-060
Curitiba	Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza	1.310	Capão da Imbuia	82810-140
Curitiba	Avenida Winston Churchill	2.471	Capão Raso	81150-050
Curitiba	Praça Nossa Senhora da Salete	S/N	Centro Cívico	80530-911
Curitiba	Rua Via Vêneto	1.490	Santa Felicidade	82020-470
Curitiba	Rua José Bonifácio	66	Centro	80020-130
Curitiba	Rua Benjamin Lins	779	Batel	80420-100
Curitiba	Rua Ernâni Santiago de Oliveira	268	Centro Cívico	80530-130
Curitiba	Rua Mateus Leme	1908	Centro Cívico	80530-010
Curitiba	Rua Mateus Leme	1896	Centro Cívico	80530-010
Foz do Iguaçu	Avenida Pedro Basso	1001	Alto São Francisco	85863-915
Foz do Iguaçu	Avenida Brasil, nº 1829, Centro – Foz do Iguaçu/PR.	923	Centro	85851-090
Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo	1312	Centro	85605-090

CIDADE	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
Guarapuava	Avenida Manoel Ribas	2.537	Centro	85010-180
Guaratuba	Rua Tiago Pedroso	417	Cohapar	83280-000
Jandaia do Sul	Rua Plácido Caldas	536	Centro	86900-000
Londrina	Avenida Bandeirantes	263	Vila Ipiranga	86010-020
Maringá	Avenida Tiradentes	1.289	Zona 4	87013-344
Matinhos	Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira	215	Centro	83260-000
Paranaguá	Rua Baronesa do Cerro Azul	937	João Gualberto	83203-420
Paranavaí	Rua Getúlio Vargas	620	Centro	87702-290
Pato Branco	Rua Maria Bueno	284	Sambugaro	85501-560
Piraquara	R. Isídio Alves Ribeiro	S/N	Planta Meireles	83304-240
Ponta Grossa	Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha	300	Oficinas	84035-310
Pontal do Paraná	R. Dona Alba de Souza e Silva	S/N		83255-000
São José dos Pinhais	Rua João Ângelo Cordeiro	S/N	Centro	83005-570
São José dos Pinhais	Rua Visconde do Rio Branco	2788	Centro	83005-402
São José dos Pinhais	Largo Vereador Segismundo Salata	192	Centro	83005-115
Umuarama	Rua Desembargador Munhoz de Mello	3.792	Zona I	87501-180
União da Vitória	Rua Cruz Machado (esquina com a Avenida Manoel Ribas)	141	Centro	84600-175

## APÊNDICE III - DESCRIÇÃO DA EQUIPE PERMANENTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Mão de obra contínua e exclusiva					
Posto de Trabalho	CBO	Turno	Carga horária semanal (H)	Quantidade mínima de empregados	Quantidade máxima de empregados
Motorista	7825-10	Diurno	44	1	1
Ajudante	7832-25	Diurno	44	2	2
TOTAL DE POSTOS MÍN. E MÁX.				3	3

### 1. REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE SERVIÇOS CONTÍNUOS:

#### 1.1. Motorista – CBO 7825-10

**1.1.1. Descrição:** Transportar, coletar e entregar cargas em geral; vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definir rotas e assegurar a regularidade do transporte. Garantir que as atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.

##### 1.1.1. Requisitos:

**1.1.2.** Idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

**1.1.3.** Grau de escolaridade mínima: ensino médio (segundo grau) completo;

**1.1.4.** Experiência de 2 (dois) anos devidamente comprovados;

**1.1.5.** Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com prazo de validade em dia;

**1.1.6.** A categoria da CNH deverá ser compatível com o veículo fornecido pela empresa.

**1.1.7.** Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

**1.1.8.** Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos;

**1.1.9.** Cumprimento das exigências legais para o desenvolvimento das atividades profissionais inerentes à natureza do objeto contratual, tais como cursos, boa saúde mental e física;

**1.1.10.** Possuir curso de direção defensiva e primeiros socorros, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;

**1.1.11.** A comprovação do curso deverá ser encaminhada à DPE/PR quando do início das atividades;

**1.1.12. Competências Pessoais:**

**1.1.12.1.** Demonstrar capacidade de cumprir normas regulamentadoras;

**1.1.12.2.** Demonstrar capacidade de cumprir leis de trânsito;

**1.1.12.3.** Capacidade de propor mudanças operacionais;

**1.1.12.4.** Ter consciência dos limites da máquina;

**1.1.12.5.** Participar de treinamentos;

**1.1.12.6.** Dominar noções básicas de mecânica;

**1.1.12.7.** Dominar noções básicas de primeiros socorros;

**1.1.12.8.** Dominar noções básicas de condução econômica;

**1.1.12.9.** Prestar serviços com qualidade;

**1.1.12.10.** Demonstrar rapidez de reflexos;

**1.1.12.11.** Demonstrar senso de responsabilidade;

**1.1.12.12.** Dominar o funcionamento da máquina.

**1.2. Ajudante de Motorista (Carga/Descarga) – CBO 7832-25**

**1.2.1. Descrição:** Preparar cargas e descargas de mercadorias; entregar e coletar encomendas; movimentar mercadorias e cargas; operar equipamentos de carga e descarga; reparar embalagens danificadas; manusear cargas especiais; controlar qualidade dos serviços prestados; fixar cargas.

**1.2.2. Requisitos:**

**1.2.3.** Ensino Fundamental completo;

**1.2.4.** Experiência de pelo menos 01 (um) ano no exercício da atividade.

**1.2.5.** Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

**1.2.6.** Cumprimento das exigências legais para o desenvolvimento das atividades profissionais inerentes à natureza do objeto contratual, tais como cursos, boa saúde mental e física;



### 1.2.7. Competências Pessoais:

- 1.2.8. Demonstrar atenção;
- 1.2.9. Trabalhar em equipe;
- 1.2.10. Reconhecer limites da capacidade física;
- 1.2.11. Demonstrar capacidade de adaptação;
- 1.2.12. Demonstrar senso de responsabilidade;
- 1.2.13. Trabalhar com segurança;
- 1.2.14. Demonstrar destreza manual;
- 1.2.15. Demonstrar capacidade de avaliar riscos;
- 1.2.16. Demonstrar organização;
- 1.2.17. Demonstrar capacidade de cumprir normas e procedimentos.

## 2. ATUALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES:

- 2.1. Os profissionais ocupantes dos postos de trabalho deverão ter seus cursos de capacitação das normas regulamentadoras atualizados a cada 2 (dois) anos.

## 3. FORNECIMENTO DE UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

### 3.1.1. UNIFORMES

3.1.2. Os empregados deverão receber da CONTRATADA, desde o início da prestação dos serviços, uniformes novos em quantidades suficientes. Esses uniformes deverão ser renovados **anualmente** ou substituídos sempre que alguma peça for danificada, ou ainda, mediante solicitação do fiscal do contrato, caso seja julgada necessária a substituição de alguma peça.

			UNIFORME COMUM
Item	Quantidade Mínima anual	Quantidade Mínima para 36 meses	Descrição
1.	5	15	Calça comprida corte regular (Jeans)
2.	5	15	Camisa Manga Curta (Polo)
3.	5	15	Camisa Manga Comprida (Polo)
4.	2	6	Jaqueta
5.	3	9	Tricot/Suéter

### 3.1.3. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

3.1.3.1. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA, crachás de identificação para todos os funcionários contendo a identidade visual da CONTRATADA, nome do prestador de serviço e o cargo ocupado.

## 4. FORNECIMENTO DE EPI'S:

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer, desde o início dos serviços, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) **para cada um dos funcionários alocados nos postos de trabalho**. A fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição dos EPIs sempre que considerar necessário, bem como a complementação de qualquer equipamento adicional que entender pertinente para garantir a completa segurança dos funcionários.

4.2. Abaixo segue a lista com a estimativa de EPI's por empregado considerando o período de 36 (trinta e seis) meses.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI'S		
Item	Quantidade mínima (trienal)	Descrição
1.	6	Calçado de segurança com biqueira de aço ou composite (par)
2.	18	Luvras de segurança (antiderrapantes e resistentes a cortes) (par)
3.	3	Colete refletivo
4.	6	Óculos de proteção (transparente e escuro)
5.	3	Cinturão ergonômico de sustentação lombar
6.	18	Protetor solar FPS 30+

## 5. FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS BÁSICOS

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados todas as ferramentas e equipamentos básicos necessários à execução dos serviços, conforme as características das atividades e atribuições pertinentes aos postos de trabalho. Nesse sentido, deverá ser previsto um kit de ferramentas básico de acordo com a atividade realizada por cada funcionário.

5.2. Sendo assim, cada funcionário terá um rol de ferramentas e equipamentos para seu uso exclusivo, bem como um rol de ferramentas e equipamentos que serão utilizados de forma compartilhada. Desse modo, mediante o uso exclusivo, garante-

se que os serviços não sofrerão paralisações em virtude de uma possível limitação de ferramentas e equipamentos.

5.3. Em caso de expansão dos postos de trabalho ou necessidade de aquisição de mais equipamentos, a fiscalização realizará solicitações específicas para cada situação. Ademais, a fiscalização do contrato poderá solicitar a substituição de quaisquer equipamentos sempre que considerar necessário, bem como a aquisição de novos itens que julgar pertinentes para a completa execução dos serviços, seja em relação à lista básica ou a outras necessidades identificadas. Ressalta-se que todas as ferramentas fornecidas deverão ser novas.

5.4. A seguir, apresenta-se a lista de ferramentas e equipamentos de uso coletivo e compartilhado, considerando vida útil estimada de 5 (cinco) anos, em conformidade com parâmetros da Receita Federal para bens depreciables, o que justifica a alocação proporcional do custo em um período de 36 (trinta e seis) meses. Estão excluídas da base de depreciação a fita zebra, por sua natureza consumível, a qual deverá ser repostada conforme a utilização.

5.5. Como será possível observar, existem itens que serão de uso exclusivo por alguns empregados e de uso compartilhado por outros. Seguem alguns exemplos:

5.5.1. O item 2, martelo de borracha, é de uso exclusivo por todos os empregados. Desse modo, haverá necessidade de fornecimento de 1 (um) item para cada membro da equipe.

5.5.2. O item 6, carrinho plataforma, não está previsto para o motorista e é de uso compartilhado dos ajudantes. Desse modo, haverá necessidade de entregar apenas 1 (um) item.

N.	Descrição do item <sup>2</sup>	QTD	Motorista	Ajudante 1	Ajudante 2
1	Jogo de chaves de fenda e Philips. Modelo de referência: Jogo de Chaves de Fenda e Philips Ultragrip Plus com 6 Peças - Tramontina Pro	1	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
2	Martelo de borracha. Modelo de referência: martelo de borracha 60mm, cabo de madeira Worder	3	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo
3	Cordas de fixação reforçadas. Modelo de referência: Corda Multifilamento Trançada 8mm x 50m Colorida - Vonder	3	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
4	Cintas de amarração com catraca. Modelo de referência: Kit Cinta Catraca Amarração Cargas 1.500Kg 4,6m Worker	4	Exclusivo	Não previsto	Não previsto
5	Cantoneiras plásticas para proteção de carga. Modelo de referência: Pickup Parts	10	Exclusivo	Não previsto	Não previsto

<sup>2</sup> Todas as medidas são aproximadas e permitem variações de até 10%.

6	Carrinho plataforma. Modelo de referência: Carrinho Plataforma de Aço Dobrável 300Kg Bumafer	1	Não previsto	Uso compartilhado	Uso compartilhado
7	Carrinho de mão reforçado. Modelo de referência: Carrinho De Mão Dobrável P/ Transporte De Cargas Até 150Kg - Sf	1	Não previsto	Uso compartilhado	Uso compartilhado
8	Manta de proteção acolchoada. Modelo de referência: Cobertor Parati 1,90m x 1,60m	10	Não previsto	Uso compartilhado	Uso compartilhado
9	Cone de sinalização retrátil (Altura de 75 cm, com faixa refletiva dupla, base antiderrapante, material emborrachado flexível).	4	Não previsto	Uso compartilhado	Uso compartilhado
10	Fita zebrada de isolamento (Largura de 70 mm, comprimento de 200 metros, cores amarelo e preto, para isolamento de áreas de carga e descarga).	2	Não previsto	Uso compartilhado	Uso compartilhado
11	Alicate universal (Corpo em aço carbono temperado, cabo emborrachado, tamanho de 8 polegadas).	2	Não previsto	Uso exclusivo	Uso exclusivo
13	Plano de celular.	3	Exclusivo	Exclusivo	Exclusivo

## **APÊNDICE IV - PRECIFICAÇÃO MÍNIMA PARA SALÁRIO BASE E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

1. A metodologia adotada para a estimativa de custos dos postos de motorista de caminhão e ajudante de carga e descarga, com dedicação exclusiva de mão de obra, está em conformidade com o Acórdão nº 1.207/2024 – TCU – Plenário. Tal diretriz autoriza e recomenda o uso de referências de salários e benefícios com base em Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) representativas das categorias profissionais envolvidas, desde que haja aderência ao objeto contratual e à legislação vigente.
2. Nesse sentido, foram consideradas CCTs do setor de transporte rodoviário com abrangência no Estado do Paraná, adotando-se o terceiro quartil (Q3) dos salários e do auxílio-alimentação. A utilização desse parâmetro tem como objetivo estabelecer um valor mínimo de referência a ser observado nas propostas, garantindo que os profissionais contratados recebam remuneração compatível com as práticas mais elevadas do mercado, em vez de valores médios ou mínimos previstos nas convenções coletivas.
3. Essa sistemática se justifica pela complexidade das funções desempenhadas, que exigem profissionais capacitados, com domínio técnico e preparo físico, responsáveis por atividades críticas à operação institucional, como o transporte de bens, cumprimento de cronogramas e observância de normas de segurança. Além de promover a atração e retenção de profissionais qualificados, essa abordagem mitiga riscos como subcotação, rotatividade elevada, passivos trabalhistas e falhas operacionais.
4. A estimativa também contempla custos complementares (como EPIs, uniformes e ferramentas) essenciais à execução segura e eficiente do serviço. Por fim, a metodologia respeita os parâmetros legais e jurisprudenciais ao evitar a vinculação a uma única CCT, preservando a isonomia entre os licitantes e a liberdade de negociação coletiva, alinhando-se aos princípios da economicidade e da boa gestão pública previstos na Lei nº 14.133/2021.
5. Desse modo, considerando os elementos apresentados, e uma metodologia de análise que considerou uma seleção abrangente e representativa de Convenções

Coletivas de Trabalho (CCTs) pertinentes ao objeto a ser contratado, **serão aceitas propostas pelos postos de trabalho que atendam às seguintes condições mínimas:**

Posto	Tipo	Valor
Todos os cargos	Auxílio Alimentação	Mínimo de R\$ 684,20
Motorista	Salário base	Mínimo de R\$ 2.237,00
Ajudante de motorista	Salário base	Mínimo de R\$ 1.915,15

5.1. **Nesse sentido, para a elaboração das propostas de preços**, as licitantes poderão adotar qualquer Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) pertinente ao objeto e à localidade em que se dará a prestação dos serviços, desde que:

a) sejam respeitadas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias vigentes, bem como normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis;

**b) os valores de salários, benefícios, auxílios e demais verbas referentes à mão de obra não sejam inferiores:**

i. aos pisos salariais e demais benefícios previstos na CCT eleita; e

**ii. ao valor mínimo de referência estabelecido pela DPE/PR para salário base e auxílio alimentação.**

## **2. INFORMAÇÕES PARA ADOÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO DO TRABALHO EM QUE SE BASEIA SUA PROPOSTA**

2.1. O licitante deve entregar junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção.

2.1.1. O licitante deve apresentar cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

## APÊNDICE V – ESTIMATIVA DE DIÁRIAS, QUILOMETRAGEM E PEDÁGIOS

### 1. Das Condições de Pagamento das Diárias de Viagem

1.1. A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de diárias aos seus empregados designados para prestação de serviços à CONTRATANTE, sempre que os deslocamentos ocorrerem fora da Região Metropolitana da capital, para fins de custeio de alimentação e hospedagem.

1.2. Farão jus à(s) diária(s) integrais, quando o motorista e ajudantes em viagem necessitar pernoitar fora da sua residência, tendo a liberdade de escolher o hotel/pousada ou estabelecimento congênere onde pernoitará, sendo vedado dormir dentro do veículo.

1.3. Durante o pernoite, a responsabilidade pela guarda do veículo é exclusivamente do motorista, o qual deverá zelar pela escolha do local de hospedagem, buscando minimizar os riscos de furto, roubo ou danos ao veículo.

1.3.1. Em nenhuma hipótese os custos com estacionamento em período de viagens serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

1.4. Será devida 01 (uma) diária de viagem para cada dia de deslocamento que implique pernoite, abrangendo as despesas ordinárias do colaborador em viagem, no valor de R\$320,00 (trezentos e vinte reais).

1.5. Para deslocamentos em que o colaborador realize ida e volta no mesmo dia, sem pernoite, será devida indenização parcial no valor de R\$100,00 (cem reais), desde que o destino esteja fora da Região Metropolitana ou de cidades limítrofes à localidade de origem.

1.6. Na hipótese de deslocamento superior a 1 (um) dia de viagem, aplica-se para o dia de retorno o disposto nas cláusulas 1.4 e 1.5, conforme o horário de encerramento da viagem, observando-se os critérios já estabelecidos para a indenização parcial, correspondente às refeições realizadas no percurso de retorno, sem inclusão de pernoite.

1.7. O valor fixo estipulado para as diárias, são:

DIÁRIAS	VALOR
PERNOITE COM CAFÉ DA MANHÃ	R\$ 220,00
ALMOÇO/LANCHE	R\$ 50,00
JANTA/LANCHE	R\$ 50,00



**TOTAL: 320,00**

**½ DIÁRIA - R\$ 100,00**

1.8. O pagamento das diárias integra o preço da proposta, mas não está sujeito à disputa, e será exclusivamente destinado ao motorista e ajudante que, comprovadamente, fizer jus ao seu recebimento, conforme as disposições dos parágrafos anteriores.

1.9. Os repasses referente às diárias não poderão ser inferiores aos valores estabelecidos em tabela acima.

1.10. A CONTRATADA deverá efetuar previamente o pagamento de diárias de viagem aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho que prestarem serviços à CONTRATANTE fora da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, na devida proporção do deslocamento, para fazer face às despesas de alimentação e estadia.

1.10.1. A contratada deverá realizar o controle dos pagamentos das viagens e qualquer inconsistência deverá ser sanada antes da emissão do documento para pagamento.

1.10.2. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela contratante à contratada juntamente com a fatura mensal de prestação dos serviços, mediante relatório e comprovação dos valores efetivamente pagos, atestados pelo fiscal do contrato formalmente designado pela contratante.

#### **1.11. Condições Gerais das Diárias**

1.12. Para os serviços contínuos e serviços eventuais programáveis, a comunicação deverá ser realizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo indicar, de forma compatível com o planejamento logístico, os dados relevantes à organização da viagem, como localidade de destino, previsão de duração e necessidade de uso de veículo e/ou pagamento de diárias.

1.13. É obrigatório o cumprimento da jornada normal de trabalho durante as viagens, podendo o motorista, em comum acordo com o passageiro viajante, adaptar seu horário de almoço.

1.14. Na hipótese de cancelamento de viagem anteriormente programada e comunicada, cabe à DPE/PR informar à contratada, com a maior brevidade possível,

para que, se for o caso, o empregado restitua à empresa as diárias recebidas antecipadamente.

1.15. As viagens deverão ser realizadas dentro do horário normal de trabalho, exceto em casos excepcionais, justificados pela DPE/PR.

1.16. Os motoristas deverão ser orientados pela contratada a não realizarem jornadas superiores de trabalho em caso de viagens, a fim de chegarem com antecedência ao local do destino da viagem ou objetivando retornar antes do cronograma previsto para a viagem.

1.17. A CONTRATADA deverá orientar seus motoristas a realizarem pausas obrigatórias durante viagens de longa duração, especialmente quando a condução do veículo ultrapassar 05 (cinco) horas consecutivas, a fim de garantir a segurança no trânsito e o bem-estar do profissional.

## **2. Quantitativo Estimado de Diárias e Respectivo Custo Trienal**

2.1. Conforme o Plano Logístico elaborado pela Diretoria de Operações (DOP), estima-se a necessidade de 9 (nove) diárias mensais para cada profissional permanente, destinadas ao cumprimento dos roteiros de entrega regulares. Dessa forma, considerando que são 3 (três) profissionais permanentes, obtém-se um total de 27 (vinte e sete) diárias mensais, o que equivale a 324 (trezentos e vinte e quatro) diárias anuais.

2.2. Além das rotas regulares, prevê-se a realização de 8 (oito) mudanças anuais, com tempo médio de 5 (cinco) dias para finalização de cada uma.

2.3. Assim, para cada mudança, estima-se a necessidade de 40 (quarenta) diárias anuais para cada profissional permanente. Considerando 3 (três) profissionais permanentes, o total anual de diárias para mudanças soma 120 (cento e vinte) diárias.

2.4. Logo, somando-se às 324 (trezentos e vinte e quatro) diárias anuais referentes às rotas regulares e as 120 (cento e vinte) diárias anuais destinadas às mudanças institucionais, estima-se um total de 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) diárias por ano. Adequando esse quantitativo para o período de vigência trienal do contrato (36 meses), projeta-se um total de 1.332 (mil trezentas e trinta e duas) diárias.

2.5. Com base no valor unitário estimado de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por diária, destinado a cobrir despesas com alimentação e estadia dos profissionais

terceirizados em deslocamentos oficiais, o custo total estimado para o período contratual de 36 (trinta e seis) meses corresponde a:

Quadro Sugestivo de Diárias			
Item	Quantidade (36 meses)	Valor Unitário	Valor total
Diárias	1.132	R\$ 320,00	R\$ 426.240,00

### 3. Do Reembolso de Custo com o Pedágio

3.1. No que diz respeito ao pedágio, considerando o custo para realização de cada roteiro do plano logístico apresentado (Roteiro 1 – R\$ 119,20; Roteiro 2 – R\$ 57,60; Roteiro 3 – R\$ 60,40; Roteiro 4 – R\$ 83,80), estimou-se o custo total com pedágio, conforme tabela a seguir<sup>3</sup>.

Rota	Valor	Qtd. (Trienal)	Total
1	R\$ 119,20	18	R\$ 2.145,60
2	R\$ 57,60	18	R\$ 1.036,80
3	R\$ 60,40	18	R\$ 1.087,20
4	R\$ 83,80	18	R\$ 1.508,40
Viagens	R\$ 80,25	24	R\$ 1.926,00
Subtotal			R\$ 7.704,00
Viagens eventuais		20%	R\$ 1.540,80
<b>Total (36 meses):</b>			<b>R\$ 9.244,80</b>

3.2. Desse modo, estima-se que os custos com a cobrança de tarifas em praças de pedágio para o veículo a ser locado totalizam aproximadamente R\$9.244,80, correspondentes a 96 viagens ao longo de 36 (trinta e seis) meses.

3.3. Caso surja a necessidade de pagamento de combustível pela empresa CONTRATADA durante a execução do contrato, o valor correspondente será calculado com base no levantamento oficial de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dessa forma, o pagamento será realizado considerando o preço médio do tipo de combustível utilizado, conforme registrado no mês de referência vigente no sistema da ANP.

3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em todos os veículos da frota, dispositivos de pagamento eletrônico, como “TAG” ou similar, para passagem nas praças de pedágio.

<sup>3</sup> Fonte para valores: <https://alpha.qualp.com.br/> Acesso em 12/03/2025.

3.5. O custo de eventual mensalidade desses dispositivos deve estar incluso no valor da cessão do veículo, não gerando despesas adicionais de mensalidade à DPE/PR. Além disso, a CONTRATADA será responsável por arcar com os pagamentos dos pedágios, os quais serão reembolsados pela DPE/PR. Para o reembolso dessas despesas, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o extrato de cada veículo, contendo as seguintes informações: placa do veículo, valor pago, data, horário e local de utilização.

## APÊNDICE VI - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Ref.: Edital nº /\_ - Contrato nº \_/\_\_\_

Eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador do RG nº **[número]** e CPF nº **[número]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[número]**, com sede à **[endereço completo da empresa]**, declaro, sob as penas da lei, o seguinte:

1. Que, nos termos do edital de licitação e do contrato, comprometemo-nos a realizar a subcontratação exclusivamente das etapas permitidas no referido documento, que incluem **[descrever as etapas específicas permitidas para subcontratação]**, assegurando o cumprimento integral das condições estabelecidas.
2. Que a subcontratação será formalizada por meio de contratos regulares, cuja cópia se encontra anexada a esta declaração.
3. Que assumimos total responsabilidade pelos atos, condutas e execução dos serviços realizados pela subcontratada, garantindo a observância das normas técnicas, legais e contratuais, bem como a inexistência de vínculo direto entre a subcontratada e a CONTRATANTE.
4. Que a subcontratada atenderá às exigências previstas no edital e nos instrumentos convocatórios.
5. Que não há em nossos quadros funcionais menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, conforme previsto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração para os devidos fins.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano]**

---

**[Nome do Representante Legal]**

[Cargo na Empresa]

[Nome da Empresa]

## **APÊNDICE VII - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A FORMAÇÃO DA PROPOSTA**

### **1. DO DETALHAMENTO DA PROPOSTA**

#### **1.1. DIRETRIZES GERAIS**

1.1.1. As empresas licitantes deverão utilizar, nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, a Convenção Coletiva de Trabalho relacionada à sua atividade principal, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal, bem como entendimento do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.097/2019-Plenário, 2.101/2020-Plenário e 1.207/2024-Plenário<sup>4</sup>.

1.1.2. Os licitantes deverão informar o valor do salário de cada profissional com dedicação de mão de obra exclusiva e todos os custos deverão constar na planilha.

1.1.3. O licitante poderá utilizar planilha própria, desde que contenha todas as informações do modelo fornecido.

#### **1.2. MÃO DE OBRA CONTÍNUA E EXCLUSIVA**

1.2.1. A precificação dos postos de trabalho deverá levar em consideração as informações do Apêndice III.

1.2.2. Deve ser prevista a disponibilização de uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

1.2.3. Devem ser considerados os valores mínimos de salário base e auxílio alimentação, conforme o Apêndice IV do Termo de Referência.

1.2.4. Os valores de vale transporte deverão compor o trajeto de ida e volta do trabalhador.

1.2.5. O valor de dedução do vale transporte deverá estar de acordo com a Lei 7.418/85.

1.2.6. A proposta deve prever o fornecimento de todos os equipamentos, instrumentos e ferramentas necessários à execução dos serviços.

#### **1.3. DA MÃO DE OBRA EVENTUAL E NÃO EXCLUSIVA**

---

<sup>4</sup> De acordo com a jurisprudência, conforme o Acórdão 1207/2024 do TCU, não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pela empresa licitante como base para a elaboração de sua proposta. Este entendimento decorre da previsão legal estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que determina que, nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, não é permitido vincular as propostas a uma convenção coletiva específica.

1.3.1. Precificar as diárias referente as atividades dos trabalhadores avulsos e profissionais para montagem e desmontagem de imóveis, contidos no subitem 1.8.2, respeitando o regramento de cada caso.

#### **1.4. FORNECIMENTO DE VEÍCULOS**

1.4.1. A proposta deve contemplar o fornecimento de veículos adequados para o transporte dos profissionais e dos materiais e ferramentas.

1.4.2. Devem estar em conformidade com características constantes no subitem 1.8.3 deste Termo de Referência.

#### **1.5. DIÁRIAS E PEDÁGIOS**

1.5.1. \*Não serão objeto de disputa.

1.5.2. Deverão ser observadas as disposições constantes no Apêndice V deste Termo de Referência.



## APÊNDICE VIII - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

As empresas licitantes deverão utilizar, nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, a Convenção Coletiva de Trabalho relacionada à sua atividade principal, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal, bem como entendimento do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.097/2019-Plenário, 2.101/2020-Plenário e 1.207/2024-Plenário.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/xxx			
MODELO EXEMPLIFICATIVO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO E PREÇO SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE DE BENS DA DPE/PR			
Atenção: As informações adicionais apresentadas nas propostas devem ser acompanhadas de uma justificativa clara e de um cálculo detalhado dos valores indicados na planilha.			
Custos baseados na Planilha de Custos e Formação de Preços da IN n.º 5/2027 (atualizada)			
1. Os salários-mínimos vigentes (pisos salariais) dos profissionais colocados à disposição da CONTRATANTE, para a prestação dos serviços objeto deste Edital, deverão ser fixados, para as respectivas categorias, tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho em vigor na data da sessão pública de abertura das propostas; respeitando os valores mínimos indicados no APÊNDICE IV.			
2. As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as respectivas datas bases e vigências, em vigor na data da sessão pública de abertura das propostas com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;			
3. Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho em vigor na data da sessão pública de abertura das propostas celebradas pelos Sindicatos das respectivas categorias; respeitando o valor mínimo indicado no APÊNDICE IV.			
4. As Alíquotas referentes aos Encargos Sociais e Tributos, deverão necessariamente ser compatíveis com o regime tributário da empresa – Lucro Real – Lucro Presumido – Simples Nacional, conforme legislação pertinente;			
5. Deverá ser apresentado planilha de custos para cada item da presente licitação.			
DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	0X de XXXXX de 2025	MUNICÍPIO	
Nº DA CCT		NÚMERO DE MESES DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:	36 meses
DATA BASE DA CCT		SALÁRIO /REMUNERAÇÃO	R\$ -
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	CBO	Quantidade mínima de empregados (em função da unidade de medida)
AJUDANTE de MOTORISTA, 44H -Diurno	POSTO	7832-25	1
Nota 1: Piso Salarial			
Nota 2: item 1.7.3 do TR - 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira (8h às 18h).			
Nota 3: CBO 7832-25 - Ajudante de motorista - Ajudante de carga e descarga de mercadoria, Entregador de bebidas (ajudante de caminhão), Entregador de gás (ajudante de caminhão). Link de acesso: <a href="https://cbo.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf">https://cbo.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf</a>			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	%	VALOR (\$)
A	Salário Base	0,00%	R\$ -
B	Adicional de Periculosidade	0,00%	R\$ -

C	Adicional de Insalubridade							0,00%	R\$ -
D	Adicional Noturno							0,00%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida							0,00%	R\$ -
F	Outros (especificar)							0,00%	R\$ -
<b>TOTAL do MÓDULO 1</b>									<b>R\$ -</b>
O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses									
<b>Nota 1:</b> Atentar ao item 1.7.4.2 do TR DPE "vedada a realização de hora-extra".									
<b>Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>									
<b>Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>									
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário							0,00%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias (ART. 7º da CF)							0,00%	R\$ -
<b>TOTAL do submódulo 2.1</b>								<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>
Percentuais extraídos da IN 5/2017 (atualizada)									
<b>Nota 1:</b> Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias. O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze).									
<b>Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.</b>									
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>
A	INSS (Contribuição Previdenciária)							20,00%	R\$ -
B	Salário Educação (art. 3º da Lei nº. 11.457/2007; IN RFB 971/2009)							2,50%	R\$ -
C	GILL/RAL (antigo SAT) -GILL/RAT = SAT = RAT ajustado = RAT x FAP							0,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi (art. 3º da Lei nº. 11.457/2007; IN RFB 971/2009)							1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC (art. 3º da Lei nº. 11.457/2007; IN RFB 971/2009)							1,00%	R\$ -
F	SEBRAE (art. 3º da Lei nº. 11.457/2007; IN RFB 971/2009)							0,60%	R\$ -
G	INCRA (art. 3º da Lei nº. 11.457/2007; IN RFB 971/2009)							0,20%	R\$ -
H	FGTS (art 15 da Lei 8.036/90)							8,00%	R\$ -
<b>TOTAL do submódulo 2.2</b>								<b>33,80%</b>	<b>R\$ -</b>
Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.									
<b>Nota 1:</b> Os cálculos foram realizados considerando os encargos "sem desoneração"									
<b>Nota 2: Item C-</b> A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. Durante a fase de seleção do fornecedor a licitante deve preencher o item C do Submódulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta. GILL/RAT (SAT ou RAT Ajustado): Súmula 351 do STJ. Acórdão TCU nº 2831/2015 – Plenário.									
<b>Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.</b>									
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>						<b>dias</b>	<b>Custo/unit</b>	<b>VALOR (\$)</b>

A	Vale-Transporte (Lei 7.418/1985. Decreto 95.247/1987)	Quant. por dia: 02 (ida e volta R\$ 00,00) x Sal. Base						R\$ -	
B	"Auxílio Alimentação" mensal								R\$ -
C	Convênio Médico								R\$ -
D	Auxílio Morte/Funeral								R\$ -
E	Seguro de Vida								R\$ -
F	Outros (especificar)								
<b>TOTAL do Submódulo 2.3</b>									<b>R\$ -</b>

**Item 1.5 do TR** - O valor das diárias de viagem e de pedágio (itens 2 e 3) não serão objeto de disputa, devendo apenas constar na proposta para fins de cálculo do valor global do contrato. O valor será reembolsado à CONTRATADA conforme sua utilização, mediante atesto da fiscalização no respectivo mês.

<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários</b>									
2	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>								<b>VALOR (\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias								R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições								R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários								R\$ -
<b>TOTAL do Quadro-Resumo do Módulo 2</b>									<b>R\$ -</b>

<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>									
3	<b>Provisão para Rescisão</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado (API)							0,00%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado							0,00%	R\$ -
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado							0,00%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado							0,00%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado							0,00%	R\$ -
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado							0,00%	R\$ -
<b>TOTAL do MÓDULO 3</b>									<b>0,00%</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>									
<b>Submódulo 4.1 - Ausências Legais</b>									
4.1	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>

A	Substituição do titular em Férias							0,00%	R\$ -
B	Ausências Legais (Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605/1949)							0,00%	R\$ -
C	Licença-Paternidade ( Art. 82 e 473 da CLT. Acórdãos TCU nº 1.904/2007 e nº 1.753/2008 - Plenário )							0,00%	R\$ -
D	Ausência por acidente de trabalho (Art. 131 da CLT, Art. 27 do Dec. 89312/84)							0,00%	R\$ -
E	Afastamento Maternidade ( Art. 7º inc. XVIII, CF)							0,00%	R\$ -
F	Ausência por Doença (Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT)							0,00%	R\$ -
G	Outros (especificar)							0,00%	R\$ -
<b>TOTAL do Submódulo 4.1</b>								<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Nota:</b> referência de cálculo extraída da fonte: <a href="https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf">https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf</a>									
<b>Submódulo 4.2 - Intraornada</b>									
<b>4.2</b>	<b>Ausências Legais</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>
A	Indenização por intervalo para repouso ou alimentação não concedido.								0.00
<b>TOTAL do Submódulo 4.2</b>								<b>0.00%</b>	<b>0.00</b>
<b>Subitem 1.7.3.1.2 do TR - Não haverá necessidade de folguistas para substituição dos empregados nos intervalos intraornada ou interornada.</b>									
<b>Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>									
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>								<b>VALOR (\$)</b>
4.1	Ausências Legais								R\$ -
<b>TOTAL do Quadro-Resumo do Módulo 4</b>									<b>R\$ -</b>
<b>Módulo 5 - Insumos Vinculados aos Postos de Trabalho</b>									
<b>5</b>	<b>Insumos</b>								<b>VALOR (\$)</b>
A	Uniformes								R\$ -
B	EPIs								R\$ -
C	Ferramentas								R\$ -
D	Outros (especificar)								R\$ -
<b>TOTAL do MÓDULO 5</b>									<b>R\$ -</b>
Itens relacionados a insumos deverão ser objeto de pesquisa de preços conforme diretrizes da Instrução Normativa específica (IN nº 3, de 20 de abril de 2017).									
<b>Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>									
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>							<b>%</b>	<b>VALOR (\$)</b>
A	Custo Indireto							0,00%	R\$ -
B	Lucro							0,00%	R\$ -
<b>Total Custo Indireto + Lucro</b>								<b>0,00%</b>	
C	<b>Tributos</b>							<b>0,00%</b>	

	C.1. Tributos Federais	PIS			0,00%	R\$ -
	C.2. Tributos Estaduais	COFINS			0,00%	R\$ -
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	ISS			0,00%	R\$ -
<b>TOTAL do MÓDULO 6</b>						<b>R\$ -</b>
<b>Nota 1:</b> Em conformidade com o art. 3º, "c" do Anexo VIII da Resolução n.º 375/2023 da DPE.						
<b>Nota 2:</b> São os valores referentes ao recolhimento de impostos, e contribuições. Tributos habitualmente integrantes da planilha de custos são PIS, COFINS e ISS. Fonte: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-Atualizada">https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-Atualizada</a>						
<b>Nota 3:</b> Para fins do presente modelo, adota-se o percentual máximo de tributos de 14,25% (Informação COAD nº 0249695).						
<b>Nota 4:</b> A alíquota do ISS varia conforme o município de prestação do serviço, sendo a máxima de 5%. Alíquotas do ISS: Variam de 2% a 5%, de acordo com o tipo de serviço prestado (Artigo 4º da LC n.º 40/2001 - Código Tributário Municipal - a mesma lista que está prevista na Lei Complementar n.º 116/2003 (federal)).						
<b>2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>						
<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>						<b>VALOR (\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração					R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão					R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos					R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>						<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro					R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>						<b>R\$ -</b>
<b>Valor Total por Empregado ANUAL</b>						<b>R\$ -</b>

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Grupo 1							
Item	CATSER	Serviço	Qtd	Un. Medida	Valor Unitário	Valor Total (mensal)	Valor Total (36 meses)
1	22730	Prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atividades de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executadas por profissional na <b>função de Motorista (CBO 7825-10)</b> , com fornecimento dos insumos necessários vinculados ao posto de trabalho.	1	Posto de trabalho	R\$	R\$	R\$
2	22730	Prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atividades de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executadas por profissional na função de <b>Ajudante de Motorista (CBO 7832-25)</b> , com fornecimento dos insumos necessários vinculados ao posto de trabalho.	2	Posto de trabalho	R\$	R\$	R\$
3	22730	Prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, na <b>função de Chapa (trabalhador avulso- carregador e descarregador de caminhão)</b> .	720	Diária	R\$	-	R\$
4	17302	Prestação de serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, na <b>função de Montador de Móveis</b> .	480	Diária	R\$	-	R\$
5	4014	CESSÃO DE VEÍCULO	1	Veículo	-	R\$	R\$
6	21849	<b>DIÁRIAS DE VIAGEM (hospedagem e alimentação) – VALOR FIXO</b>	1.332	Diária	R\$ 320,00	-	<b>R\$ 426.240,00</b>
7	21903	<b>PEDÁGIO – VALOR FIXO</b>	96	Viagem	-	-	<b>R\$ 9.244,80</b>

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

VALOR DO GRUPO (PARA 36 MESES): R\$

**Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06**

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, <b>declaro que:</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>NÃO CELEBRAMOS</b> contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	<b>CELEBRAMOS</b> contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2026 – Protocolo n.º 24.0.000000875-0





### ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]** para prestação de serviços de logística, movimentação e transporte de bens institucionais.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº \*\*\*.178.388-\*\*, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

**[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, CNPJ nº **[XXXXXX]**, sediada na **[Rua/Avenida XXXXXX]**, nº **[XXX]**, bairro **[XXXXXX]**, **[Cidade]-[UF]**, CEP **[XXXXXX]**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **[NOME COMPLETO]**, CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, conforme **[ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos]**,

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação do[a] **[Modalidade de licitação]** nº **[XXX/XXXX]** (Processo nº **[XXXXXX]**), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup> e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **prestação de serviços contínuos de logística, movimentação e transporte de bens institucionais** de todas as sedes da DPE-PR e das que

<sup>1</sup> Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

forem implementadas no Estado do Paraná durante a vigência deste ajuste, conforme discriminado na tabela a seguir:

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (36 MESES)
1	Prestação de serviços contínuos, <b>com</b> dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executados por profissional na função de MOTORISTA (CBO 7825-10), com fornecimento de insumos vinculados ao posto de trabalho.	Posto de Trabalho	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	Prestação de serviços contínuos, <b>com</b> dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executados por profissional na função de AJUDANTE DE MOTORISTA (CBO 7832-25), com fornecimento de insumos vinculados ao posto de trabalho.	Posto de Trabalho	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (36 MESES)
3	Prestação de serviços <b>sob demanda</b> , sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executados por profissional na função de CHAPA (trabalhador avulso carregador e descarregador de caminhão).	Diária	720	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
4	Prestação de serviços <b>sob demanda</b> , sem dedicação exclusiva de mão de obra, de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da DPE-PR, a serem executados por profissional na função de MONTADOR DE MÓVEIS.	Diária	480	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL (36 MESES)
5	Cessão de veículo.	Veículo	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (36 MESES)
6*	Pedágios.	Viagens	X	X	R\$ 9.244,80
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO

7	Diárias de viagem.	Diária integral	1.332	R\$ 320,00	R\$ 426.240,00
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (36 MESES):</b>					<b>R\$ [XXX]</b>

**\*Nota:** O item 6 desta Tabela não apresenta especificação quantitativa nem valor unitário em razão de sua natureza estimativa, variável e/ou imprevisível, com custos condicionados à demanda efetiva durante a execução contratual e à localização dos serviços. Os valores correspondentes estão vinculados a tarifas públicas vigentes.

2.2. O escopo do objeto deste Termo de Contrato abrange os seguintes serviços, sem prejuízo da execução de ações correlatas e eventualmente não elencadas, mas essenciais à plena execução contratual:

2.2.1. **Serviços contínuos de logística, movimentação e transporte:** caberá à CONTRATADA, por meio da **Equipe Técnica Permanente** – composta pelos profissionais a serem alocados nos Postos de Trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra –, a execução das atividades e operações de logística, movimentação e transporte de bens institucionais da CONTRATANTE (como mobiliários, equipamentos e afins), de caráter rotineiro, indispensável, preventivo, corretivo e emergencial, nas unidades da DPE-PR, incluindo apoio logístico em eventuais eventos e demandas específicas da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, todos os **insumos vinculados aos Postos de Trabalho** necessários à adequada execução dos serviços – compreendidos como equipamentos, instrumentos, ferramentas, EPIs, uniformes e itens de identificação pessoal –, observando os requisitos e as estimativas de quantidades previstos no Termo de Referência.

2.2.2. **Serviços sob demanda de logística, movimentação e transporte:** a CONTRATADA deverá executar serviços de logística, movimentação e transporte de bens institucionais, por meio de mão de obra **não** submetida a regime de dedicação exclusiva, referentes a demandas eventuais/excepcionais da CONTRATANTE – tais como mudanças institucionais de maior porte, montagem e desmontagem de móveis etc. – que exijam capacidade operacional além daquela empreendida na execução dos serviços ordinários prestados pelos profissionais alocados nos Postos de Trabalho.

2.2.3. **Cessão de uso de veículo:** a CONTRATADA deverá ceder à CONTRATANTE, mediante contraprestação e sem transferência de propriedade, 1 (um) veículo em boas condições de uso e conservação para fins de transportar cargas tanto em deslocamentos entre as unidades da DPE-PR situadas em Curitiba e Região Metropolitana quanto em viagens intermunicipais a serem realizadas para atender às demais sedes da DPE-PR instaladas no Estado do Paraná, observados os requisitos e as especificações constantes no Termo de Referência.

2.2.4. **Pedágios:** O veículo disponibilizado pela CONTRATADA deverá contar com Tag de Passagem em Pedágios, de modo a viabilizar os pagamentos automáticos nas praças de pedágio, os quais serão custeados previamente pela CONTRATADA junto à operadora de sua escolha, cujos valores comprovadamente pagos serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos deste instrumento contratual.

2.2.5. **Diárias de viagem:** A CONTRATADA deverá efetuar previamente o pagamento de diárias de viagem aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho que prestarem serviços à CONTRATANTE fora da Comarca e da Região Metropolitana onde estiverem alocados, na devida proporção do deslocamento, cujos valores comprovadamente devidos serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos termos deste instrumento contratual.

2.3. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **36 (trinta e seis) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste Termo de Contrato no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3.3. Para fins de prorrogação contratual, a CONTRATANTE avaliará a necessidade de reposição ou substituição dos **insumos vinculados aos Postos de Trabalho** – compreendidos como equipamentos, instrumentos, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e itens de identificação pessoal – constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços, e os valores correspondentes aos insumos não fornecidos em cada período serão deduzidos dos valores referentes aos respectivos Postos de Trabalho.

### CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

4.2. Os prazos e diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas PARTES, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos vinculados.

4.3. A execução do objeto contratual terá início em até **60 (sessenta) dias** contados da data de início da vigência contratual, contemplando a entrega do veículo e o fornecimento da mão de obra em regime de dedicação exclusiva, ficando condicionada à apresentação de todos os documentos exigidos no Termo de Referência.

4.4. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para assegurar a execução ininterrupta dos serviços contratados, independentemente de afastamentos dos profissionais originalmente alocados, seja em razão de férias, descanso semanal, licenças, demissões ou quaisquer outras ausências, de modo a garantir a regular continuidade da execução contratual.

4.4.1. Nos casos de afastamentos não previamente comunicados, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do profissional ausente no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contado a partir da comunicação formal da CONTRATANTE ao representante/preposto da CONTRATADA.

4.4.2. Nos casos em que a CONTRATANTE considerar inapropriada a conduta de qualquer profissional, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, em caráter provisório, e de **20 (vinte) dias úteis**, em caráter definitivo, a contar da data da comunicação formal enviada pela CONTRATANTE.

4.4.3. Nos casos de greve de transporte público ou de qualquer outra situação imprevisível que impeça o deslocamento dos profissionais ao local de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para viabilizar o comparecimento dos profissionais, prestando-lhes o devido suporte logístico e comunicando imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência e a solução adotada.

4.4.4. Os profissionais substitutos deverão atender aos mesmos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, compatíveis com a respectiva função ou atividade.

4.5. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

## CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial da execução do objeto contratual, desde que observados os limites autorizados e cumpridos os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, em conformidade com o disposto neste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023<sup>2</sup> e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX]; Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto[a]: [XXXXXX].

<sup>2</sup> Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. Para efeitos de fiscalização contratual, a CONTRATANTE observará, além das disposições legais aplicáveis, as obrigações adicionais constantes em instrumento coletivo – acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado – que rege as relações laborais da CONTRATADA.

6.6. A CONTRATANTE procederá à verificação periódica do número de profissionais terceirizados em efetiva atividade, com o objetivo de aferir sua conformidade com o quantitativo previsto neste instrumento contratual, incluindo suas eventuais alterações posteriores.

6.7. A CONTRATANTE efetuará controle diário do cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados nos Postos de Trabalho.

6.8. A CONTRATANTE fiscalizará o cumprimento, por parte da CONTRATADA, das normas relativas à concessão de férias e licenças aos profissionais alocados nos Postos de Trabalho, bem como a observância da estabilidade provisória e da data-base da categoria prevista no respectivo instrumento coletivo de trabalho aplicável, incluindo a concessão dos reajustes salariais na forma e no prazo ali definidos.

6.9. Na fiscalização mensal, a CONTRATANTE verificará a regularidade da situação da CONTRATADA mediante consulta às certidões pertinentes.

6.9.1. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar os extratos das contas vinculadas ao FGTS, com vias à verificação da regularidade dos recolhimentos previdenciários e fundiário, incumbindo à CONTRATADA o encaminhamento da documentação solicitada.



6.10. Nas fiscalizações diárias, as ordens e orientações relativas à execução de serviços deverão ser repassadas aos profissionais alocados pelo representante da CONTRATADA, de modo a evitar comandos diretos da CONTRATANTE a esses profissionais.

6.10.1. As solicitações feitas pelos profissionais da CONTRATADA deverão ser dirigidas ao representante da própria empresa, que será também o canal exclusivo para recebimento de eventuais reclamações ou cobranças formuladas pela CONTRATANTE sobre os profissionais alocados.

6.11. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.11.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.11.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela própria realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.12. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.13. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.14. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.15. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar separadamente os **faturamentos/notas fiscais** referentes a cada categoria do objeto contratual:

- (i) prestação de serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- (ii) prestação de serviços sob demanda; (iii) cessão de veículos; (iv) pedágio; (v) diárias de viagem.

7.2.1. A medição dos serviços prestados será efetuada mensalmente, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar os faturamentos mensais de todas as categorias do objeto discriminando os valores unitários e o valor total referentes à integralidade da prestação de serviços executada no mês de referência, indicando, se for o caso, as hipóteses de faturamento proporcional (*pro rata*).

7.2.2. Os faturamentos/notas fiscais deverão ser realizados em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da data de recebimento da documentação de cobrança.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

8.1. O valor total máximo estimado do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])** para o período de vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 têm caráter estimativo para todo o período de vigência deste Termo de Contrato, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA calculados com base nas quantidades efetivamente demandadas pela CONTRATANTE, executadas pela CONTRATADA e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base para a aferição e liquidação das obrigações financeiras da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

### 10.I. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, os pagamentos serão efetuados em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação dos pagamentos à CONTRATADA fica condicionada à apresentação da documentação de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.2. A existência de obrigações financeiras pendentes, resultantes da aplicação de penalidades ou do inadimplemento de cláusulas contratuais, poderá ensejar a retenção e/ou o desconto dos valores devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a quaisquer acréscimos, indenizações ou compensações de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventual atraso no pagamento, desde que não tenha concorrido para tanto, a CONTRATADA fará jus, mediante solicitação expressa, ao recebimento de encargos moratórios incidentes entre a data-limite prevista para o pagamento e a data do efetivo adimplemento da parcela, os quais serão calculados sem aplicação do critério *pro rata die*, com a incidência de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE efetuará as retenções previstas em lei e/ou exigirá, da CONTRATADA, a apresentação tempestiva dos comprovantes de recolhimento dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários legalmente exigidos.

10.4.1. Os encargos decorrentes de eventual atraso nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão atribuídos exclusivamente à CONTRATADA quando este atraso decorrer da não apresentação, em tempo hábil, dos documentos comprobatórios exigidos.

10.5. A CONTRATADA deverá repassar à CONTRATANTE eventuais reduções nos preços contratados, decorrentes da alteração, extinção ou redução de alíquotas de tributos ou contribuições incidentes, em virtude de modificações na legislação superveniente durante a vigência contratual.

### 10.II. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS

10.6. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento dos salários mensais e demais verbas remuneratórias aos profissionais alocados para a execução contratual, impreterivelmente, até a data-limite estabelecida em lei, sob pena de aplicação de multa.

10.6.1. Caso a CONTRATADA não comprove, até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral dos salários dos profissionais terceirizados vinculados a este contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, proceder à dedução dos valores correspondentes à remuneração líquida não quitada da fatura do mesmo mês e realizar o pagamento diretamente aos trabalhadores prejudicados, assegurada a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e aplicação das sanções cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa e observadas as disposições instrumento coletivo aplicável – acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado.

10.6.2. O disposto na Cláusula 10.6.1 aplica-se igualmente em caso de inadimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações relativas ao fornecimento de vale-transporte e vale-alimentação aos profissionais terceirizados vinculados à execução deste contrato.

10.7. O pagamento, pela CONTRATANTE, de valores correspondentes a adicionais de insalubridade e/ou periculosidade fica condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, do adimplemento integral de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias perante os profissionais terceirizados, com a finalidade de resguardar a CONTRATANTE de eventual responsabilização subsidiária ou solidária.

10.8. Todos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais vinculados à execução contratual são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, excetuando-se a retenção relativa à contribuição previdenciária patronal de 11% (onze por cento), quando aplicável por força de lei, cuja execução seguirá as normas vigentes.

### **10.III. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS SOB DEMANDA**

10.9. Quando houver a execução de serviços sob demanda, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao final do respectivo mês, documento que discrimine os serviços realizados e os valores efetivamente pagos a título de diárias dos profissionais designados, em conformidade com as respectivas Ordens de Serviços finalizadas no período, para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 7.2 e subsequente quitação dos valores pela CONTRATANTE.

### **10.IV. PAGAMENTO DA CESSÃO DE VEÍCULO**

10.10. A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA referente aos custos com a cessão do veículo, mediante apresentação de documentação fiscal e comprobatória que discrimine o valor mensal correspondente, para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 7.2 e subsequente quitação dos valores pela CONTRATANTE nos termos desta Cláusula Décima.

#### **10.V. REEMBOLSO DE CUSTOS COM PEDÁGIOS E COMBUSTÍVEL**

10.11. Para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 7.2 e subsequente quitação dos valores pela CONTRATANTE nos termos desta Cláusula Décima, os custos despendidos a título de pedágios somente serão reembolsados pela CONTRATANTE mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de extrato do veículo relativo ao mês de referência, contendo, no mínimo: placa, valor, data, horário e local de utilização, acompanhado da documentação comprobatória dos valores efetivamente pagos.

10.11.1. Não serão reembolsados valores relativos a mensalidades de operadoras de Tags de Pedágio, estacionamentos ou quaisquer outros que não correspondam exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio, ressalvado o disposto na Cláusula 10.12.

10.12. Desde que devidamente comprovado pela CONTRATADA o pagamento de combustível realizado por meio diverso do cartão de abastecimento da CONTRATANTE, o valor correspondente será calculado com base no Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e o respectivo reembolso será realizado pela CONTRATANTE à CONTRATADA considerando o preço médio do combustível utilizado, conforme registrado no mês de referência vigente no sistema da ANP.

#### **10.VI. REEMBOLSO DE CUSTOS COM DIÁRIAS DE VIAGEM**

10.13. Os valores efetivamente pagos a título de diárias de viagem serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA de acordo com os valores indicados na tabela a seguir:

DIÁRIAS	VALOR
Diária Integral	R\$ 320,00
Diária Parcial	R\$ 100,00

10.14. Para fins de atendimento ao disposto na Cláusula 7.2 e subsequente quitação dos valores pela CONTRATANTE nos termos desta Cláusula Décima, os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão reembolsados mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de controle mensal dos pagamentos realizados aos profissionais designados no mês de referência, acompanhado da documentação comprobatória dos valores efetivamente pagos.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

### [CENÁRIO 1: todas as modalidades EXCETO seguro-garantia]

11.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA na modalidade [caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária OU título de capitalização], no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual do contrato**, indicado na Cláusula 8.1.

11.2. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária em favor da CONTRATANTE, com correção monetária.

**OU**

11.2. Os títulos da dívida pública devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**OU**

11.2. A fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, bem como deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil<sup>3</sup>.

**OU**

11.2. A garantia apresentada mediante título de capitalização deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.2.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

11.3. A garantia contratual prevista neste contrato assegurará:

11.3.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do inadimplemento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento

<sup>3</sup> Lei nº 10.406/2002.



das obrigações previstas neste contrato, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.3.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.4. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste contrato, acrescido de de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção do contrato.

11.5. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.7. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.1, 11.5 e 11.6 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.7.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.7 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão do contrato por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção deste contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual é independente de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

**OU**

**[CENÁRIO 2: modalidade seguro-garantia]**

11.1. A garantia de execução contratual prestada pela CONTRATADA na modalidade seguro-garantia corresponde a **5% (cinco) por cento do valor anual do contrato**, indicado na Cláusula 8.1.

11.2. A garantia contratual prevista neste contrato assegurará:

11.2.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do descumprimento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste contrato, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.2.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.3. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção do contrato.

11.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.6. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.4 e 11.5 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.6.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.6 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão do contrato por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na Cláusula 11.8 deste contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção deste contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual independe de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **12.I. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO**

12.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado – (i) insumos vinculados aos Postos de Trabalho; (ii) prestação de serviços sob demanda; (iii) cessão de veículo; e (iv) diárias de viagem – são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data da apresentação das propostas desta contratação, compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.2. Findo o período previsto na Cláusula 12.1, os preços contratados referentes aos custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.3, considerando a data-base **[dd/mmm.]** e a variação acumulada do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** no respectivo período ou, em caso de extinção desse índice, de outro que venha a substituí-lo, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes do mercado somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Para fins de repactuação dos valores das **diárias de viagem**, os montantes indicados na tabela da Cláusula 10.13 poderão ser atualizados conforme diretrizes estabelecidas nesta Cláusula Décima Segunda, Parte I, enquanto não editada normativa própria da DPE-PR disciplinando os valores a serem praticados para custeio de diárias de viagens no âmbito da instituição. A partir da entrada em vigor da referida normativa, os valores constantes na referida tabela serão automaticamente substituídos pelos novos valores fixados.

12.3.1. Iniciada a vigência da normativa de que trata a Cláusula 12.3, ficará afastada a aplicação das disposições desta Cláusula Décima Segunda, Parte I, exclusivamente quanto às diárias de viagem, passando a atualização de valores a ocorrer de ofício e somente por ocasião da entrada em vigor de eventual alteração na referida normativa.

12.4. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento da repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATADA deverá formular requerimento durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo este ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.4.1. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

12.4.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

12.5. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mercado, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião da repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.6. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de custos decorrentes do mercado em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 12.4.

12.6.1. Sempre que viável, a repactuação dos custos decorrentes do mercado será concedida de modo concomitante à repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, sem prejuízo de quitação de eventuais valores retroativos devidos relativamente ao período da anualidade de referência.

12.7. A primeira repactuação dos custos decorrentes do mercado terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.8. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, observar-se-á o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação, independentemente da data apostilada.

## **12.II. DA REPACTUAÇÃO DOS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

12.9. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra em regime de dedicação exclusiva são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado da data-base (data do início dos efeitos financeiros do instrumento coletivo – acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado – ao qual a proposta estiver vinculada), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.9.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra desta contratação.

12.10. Findo o período previsto na Cláusula 12.9, os preços contratados referentes aos custos decorrentes de mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante requerimento da CONTRATADA formulado nos termos da Cláusula 12.11, desde que demonstrada analiticamente a alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

12.10.1. Os valores resultantes de repactuação dos custos decorrentes do mercado somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cuja execução se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.11. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento e de eventual deferimento da repactuação, a CONTRATADA deverá encaminhar requerimento devidamente instruído com o novo instrumento coletivo de trabalho que fundamenta a repactuação, bem como com a demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

12.11.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.10 deve ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**, devendo ser remetido à CONTRATANTE via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.11.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido homologado o novo instrumento coletivo de trabalho da categoria, ou ainda não tenha sido possível à

CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

12.11.3. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.

12.12. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros da repactuação dos custos decorrentes de mão de obra, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião da repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei e/ou instrumento coletivo de trabalho aplicável.

12.14. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação dos custos decorrentes de mão de obra em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento do requerimento de que trata a Cláusula 12.11, devidamente instruído com a documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

12.14.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de repactuação, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.14 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

12.15. A primeira repactuação terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de anualidade de que trata a Cláusula 12.9, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**, salvo se expressamente prevista data diversa no instrumento coletivo de trabalho que embasa a repactuação.

12.16. Para eventuais repactuações subsequentes à primeira, observar-se-á o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros da última repactuação, independentemente da data apostilada.

12.17. Os efeitos financeiros da repactuação dos custos de mão de obra vinculados a instrumento coletivo de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo



acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

### 12.III. DA REVISÃO

12.18. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.19. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.19.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.19.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.20. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.20.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.20, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.20.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.21. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento do pedido, nos termos da Cláusula 12.20.2.

12.21.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de repactuação, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.21 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor<sup>4</sup> e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

---

<sup>4</sup> Lei nº 8.078/1990.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011<sup>5</sup>, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016<sup>6</sup> e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024<sup>7</sup>.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

<sup>5</sup> Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

<sup>6</sup> Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

<sup>7</sup> Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>8</sup> e à Resolução DPG nº 318/2023<sup>9</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

<sup>8</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>9</sup> Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>10</sup> e à Resolução DPG nº 318/2023<sup>11</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

15.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto e da finalidade deste ajuste, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo

<sup>10</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>11</sup> Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

15.4. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo, coletando o devido termo de confidencialidade.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Quinta.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei nº 13.709/2018.

15.8. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.9. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo publicar o Contrato em seus sítios eletrônicos e nos portais de transparência.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:

15.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**;

15.11.2. auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE **imediatamente** quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo conter, **no mínimo**, as seguintes informações:

15.13.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

15.13.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

15.13.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

15.13.4. os riscos relacionados ao incidente;

15.13.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

15.13.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, na condição de entidade controladora.

15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

15.16. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.



15.17. Eventual subcontratação, **quando autorizada** pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

15.18. Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

15.19. Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora, e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

15.22. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.23. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.24. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.25. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou da extinção do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.25.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da Lei nº 13.709/2018);



15.25.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

15.25.3. o prazo de retenção.

15.26. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de maneira segura, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.27. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art.76 da Resolução DPG nº 375/2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>12</sup>, bem como

<sup>12</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa

nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18<sup>13</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19<sup>14</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19<sup>15</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

---

administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>13</sup> “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

<sup>14</sup> “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

<sup>15</sup> “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”

17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 18.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

18.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137<sup>16</sup> da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

<sup>16</sup> “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei,

18.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

18.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.4. A extinção do contrato poderá ser:

18.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

18.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

18.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. indenizações e multas.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES**

bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz."



19.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

19.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br) (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

19.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

20.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>17</sup>; da Lei Complementar nº 123/2006<sup>18</sup>; da Lei nº 13.709/2018<sup>19</sup>; da Deliberação CSDP nº 21/2022<sup>20</sup>; da Lei nº 8.078/1990<sup>21</sup>, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

21.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

22.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

<sup>17</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>18</sup> Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

<sup>19</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>20</sup> Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>21</sup> Código de Defesa do Consumidor.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura<sup>22</sup>.

**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA  
CONTRATADA]**

**[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**

**TESTEMUNHAS:**

Nome/CPF:

Nome/CPF:

<sup>22</sup> A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



**ANEXO I**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme os indicadores de desempenho estabelecidos na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ITEM	INDICADORES DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado ou por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado ou por dia
3	Retirar das dependências da DPE/PR quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
4	Não garantir condições adequadas para transporte de bens institucionais, resultando em avarias ou extravios.	3	Por ocorrência
5	Utilizar veículos sem manutenção adequada ou sem os equipamentos obrigatórios para transporte seguro.	5	Por dia de desconformidade
6	Não disponibilizar equipe suficiente para execução das atividades regulares e eventuais, gerando atrasos ou impacto na operação logística	3	Por ocorrência
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais sem prévia comunicação e concordância da fiscalização.	5	Por dia de atraso
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
9	Atraso na execução das entregas ou mudanças institucionais em relação ao cronograma estabelecido, sem justificativa plausível.	5	Por dia de atraso

**Para os itens a seguir, DEIXAR DE:**

ITEM	INDICADORES DE DESEMPENHO	PONTOS	INCIDÊNCIA
10	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como fornecer informações sobre a folha ponto dos profissionais, quando requisitado.	1	Por empregado e por dia
11	Informar tempestivamente a fiscalização sobre ocorrências que impactem a execução do contrato	1	Por ocorrência
12	Manter a documentação de habilitação do veículo e motorista atualizada.	1	Por item e por ocorrência
13	Entregar ou entregar com atraso os	1	Por ocorrência e por dia





	esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida.		
14	Apresentar os documentos de vistoria e manutenção preventiva dos veículos no prazo definido pela fiscalização.	1	Por dia
15	Promover a limpeza e organização do veículo e local de movimentação de carga conforme exigências contratuais.	1	Por ocorrência e por dia
16	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido por lei ou convenção, aos empregados e garantir o seu uso adequado.	2	Por empregado e por ocorrência
17	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
18	Efetuar os pagamentos dos empregados (salários, vale-transporte e/ou benefícios) nas datas avençadas.	3	Por ocorrência e por dia
19	Fornecer o veículo titular nos prazos indicados	3	Por dia
19	Fornecer veículo reserva capaz de realizar as atividades, na indisponibilidade do veículo titular	3	Por dia

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos nos valores devidos pelos serviços prestados utilizando a seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas no mês de competência serão avaliadas com base nos critérios de desempenho, grau e frequência de incidência; (ii) o percentual de desconto será aplicado no pagamento correspondente ao referido mês, com base no somatório da pontuação atribuída às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

PONTOS ACUMULADOS	% DE DESCONTO DO PAGAMENTO MENSAL
Até 5 pontos	Notificação
De 6 a 10 pontos	1,0%
De 11 a 20 pontos	5,0%
De 21 a 30 pontos	10,0%
De 31 a 40 pontos	15,0%
De 41 a 50 pontos	20,0%
Acima de 50 pontos	30,0%

2.1. Alcançada pontuação igual ou superior a **100 (cem) pontos** no período de 12 (doze) meses, a CONTRATANTE poderá promover a rescisão antecipada deste contrato, sem quaisquer ônus.